



# Lula regulamenta iniciativas para melhorar o acesso à alimentação

## Polícia indiana prende oito envolvidos em estupro de brasileira

Página 8

## Turma do STF encerra disputa trabalhista bilionária da Petrobras

Página 3

### Presidente do Banco Central vê curva "benigna" de inflação

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse na segunda-feira (4) que a curva da inflação no país está seguindo uma trajetória "benigna". De acordo com ele, o setor que demanda mais atenção é o do serviços, que "começou a pressionar um pouco" os preços.

"A gente precisa ver qual é a dinâmica [da inflação do setor] de serviço. A gente fez várias análises sobre a dinâmica de inflação de serviço e entendi que não tem nada, hoje, que acenda nenhum tipo de luz vermelha, mas que a gente precisa estar atento", disse, em evento na Associação Comercial de São Paulo (ACSP), na capital paulista.

Campos Neto ressaltou que, apesar de o Banco Central já ter manifestado que perseguirá a meta de inflação à risca, o mercado ainda mantém uma expectativa futura de inflação acima da meta.

"Curiosamente, apesar do Banco Central ter sinalizado muito e ter focado muito na mensagem que nós vamos perseguir a meta, as expectativas de inflação estão mais ou menos estáveis para dois, três anos à frente, em um nível que é acima da meta, de 3,5%".

De acordo com o presidente do BC, a projeção fora da meta feita pelo mercado pode ser explicada por vários fatores, entre eles, a percepção da necessidade de mais controle fiscal: "está ligado a vários fatores. Tem um pedaço que é uma percepção de que precisa ainda fazer a convergência fiscal".

O presidente do BC, destacou também que a taxa básica de juros no Brasil ainda está elevada, mas tem diminuído em relação aos demais países emergentes.

"Quando a gente compara as taxas de juros reais no Brasil com outros países, a gente chega à conclusão de que ela é mais alta, infelizmente, do que grande parte dos países, mas essa diferença é menor do que foi no passado", disse.

"Quando a gente olha, por exemplo, em comparação com os emergentes, a gente vê a taxa de juros, por exemplo, abaixo do México", acrescentou. (Agência Brasil)

### São Paulo decreta emergência após atingir 300 casos de dengue por 100 mil



O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, anunciou o decreto de emergência em saúde pública para a dengue na terça-feira (5), após o Centro de Operações de Emergências (COE) recomendar a medida, uma vez que o Estado atingiu 300 casos confirmados da doença por 100 mil habitantes na segunda-feira (4).

O decreto permitirá que Estado e municípios implementem ações com maior agilidade e, também, possa receber recursos adicionais do governo federal. Cada município, a partir da análise de seu cenário epidemiológico, poderá utilizar a medida estadual para decretar emergência em âmbito local. Página 2

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva regulamentou, na terça-feira (5), a nova composição da cesta básica de alimentos e o Programa Cozinha Solidária, que fornecerá alimentação gratuita a pessoas em situação de rua e de insegurança alimentar. Os decretos foram assinados durante a reunião plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), no Palácio do Planalto.

No evento, Lula reafirmou que o combate à fome é a prioridade do seu governo. "Nós precisamos ter consciência de que o problema não é de falta de alimento, é falta de recursos para as pessoas terem acesso a alimentos", disse, destacando a alta produtividade de alimentos no país, mas

lembrando também que é importante garantir a circulação de dinheiro para que o setor produtivo seja estimulado.

Lula também destacou a necessidade de educação para evitar a obesidade. "Tem uma outra doença chamada obesidade, que é a falta de educação alimentar", disse.

O presidente ainda cobrou dos ministros que não criem problemas burocráticos, em qualquer instância do governo. "Eu quero chamar atenção que o nosso problema só não dará certo só não será resolvido se a gente virar burocrata, se a gente virar preguiçoso e a gente não trabalhar. Nós temos todos os instrumentos para acabar com a fome nesse país", disse Lula. Página 3

### Mercado reduz para 3,76% previsão de inflação em 2024

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — considerado a inflação oficial do país — teve redução de 3,8% para 3,76% este ano. A estimativa está no Boletim Focus da terça-feira (5), pesquisa divulgada semanalmente

pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da inflação permaneceu em 3,51%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos. Página 3

### Instituto Nacional de Cardiologia alerta para aumento da obesidade

Página 8

## Esporte

# Domingo de emoção e homenagens tem vitória de Felipe Baptista na Stock Car

A etapa de abertura da temporada 2024 da Stock Car Pro Series foi concluída no especial domingo (3) com atuação impecável de Felipe Baptista no Autódromo Internacional Ayrton Senna, em Goiânia (GO). O jovem de apenas 20 anos construiu ainda o sábado uma vitória maiúscula, quando garantiu a pole position da corrida principal. Na quente tarde, o novo piloto da Crown Racing liderou praticamente de ponta a ponta o Toyota Corolla #121, não deu chances aos adversários e conquistou seu segundo triunfo na Stock Car, voltando ao topo do pódio depois de terminar na primeira posição em dezembro de 2022, em Interlagos.

Felipe Massa também começou muito bem a temporada e finalizou o domingo no pódio, na segunda colocação com a TMG Racing, coirmã da Crown Racing. Gabriel Casagrande (A. Mattheis Vogel) consolidou um fim de semana muito forte e, depois do top-5 na corrida Sprint, de sábado, cruzou a linha de chegada na prova principal na terceira colocação, em posição que coloca o atual campeão na liderança da tabela, com 111 pontos.

Em excepcional recuperação após ter largado em 20º, Rubens Barrichello (Mobil Ale Full Time) finalizou o domingo em quarto lugar pouco depois de viver outro grande momento e receber o título de Cidadão Honorário de Goiás, em razão dos seus feitos e do seu amor pelo Estado.

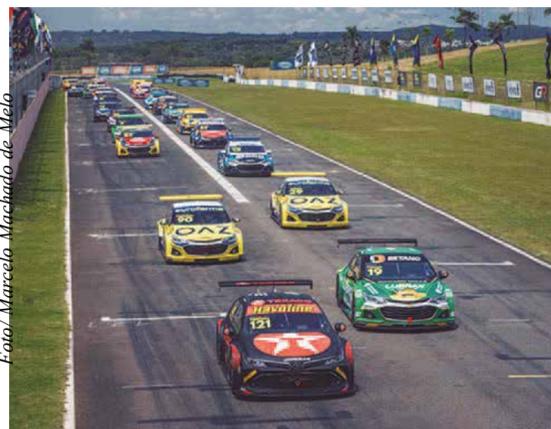
Lucas Foresti (A. Mattheis Vogel) foi o quinto me-

lhor colocado, com Julio Campos (Pole Motorsport) em sexto, concluindo um grande fim de semana. Nelson Piquet Jr. (Cavaleiro Sports), Bruno Baptista (RCM Motorsport), Átila Abreu (Pole) e Dudu Barrichello (Mobil Ale) completaram a relação dos dez primeiros colocados.

O domingo que marcou a 80ª corrida da história da Stock Car em Goiânia foi de muitas e merecidas homenagens a duas lendas do esporte a motor brasileiro: Wilson Fittipaldi Júnior — que levou o nome da etapa deste fim de semana — e Gil de Ferran, que nos deixaram há tão pouco tempo. Muito emocionado e em lágrimas, o filho de Wilson, Christian Fittipaldi, trouxe o histórico capacete da primeira corrida do pai na Fórmula 1, enquanto Rubens Barrichello correu em Goiânia com o design de capacete que foi uma das muitas marcas deixadas pelo igualmente inesquecível Gil.

**Como foi a corrida** — Em novo formato, a Stock Car partiu para a principal corrida do fim de semana, com 50 minutos mais uma volta de duração. Felipe Baptista largou da pole position e sustentou a liderança, tendo em seu encalço os experientes Felipe Massa, Ricardo Maurício e Daniel Serra.

Mesmo sendo uma prova mais longa, os pilotos não economizaram nas muitas batalhas por posição, várias trazendo três carros andando lado a lado. Alheio às disputas, Felipe Baptista impôs forte ritmo e abriu uma vantagem considerável, que foi mantida mesmo depois das paradas para troca de pneus. Antes da abertura da janela, o safety car interveio após princípio de incêndio no carro



Cereja do bolo: corrida principal conclui fim de semana movimentado

de Gaetano Di Mauro.

Felipe Massa ratificou a boa performance na classificação e na corrida e segurou a segunda colocação. O mesmo, contudo, não aconteceu com Ricardo Maurício, que depois do pitstop teve a roda traseira direita solta, perdendo a chance de marcar seu 90º pódio na Stock Car. Em fim de semana extremamente sólido, Gabriel Casagrande subiu para terceiro e apontou para a liderança geral do campeonato. Na grande escalada da etapa, Rubens Barrichello conquistou 16 posições e pulou de 20º para quarto lugar na pista onde já venceu oito vezes, e Lucas Foresti, companheiro de equipe de Casagrande, concluiu o top-5.

**Começo positivo** — Vencedor neste domingo, Felipe Baptista ressaltou a estreia muito boa com o Toyota Corolla da Crown Racing, abrindo assim de forma muito forte e sólida a temporada 2024. "Foi um fim de semana maravilhoso em minha

nova casa. E só quero agradecer a todos eles, que entregaram um carro incrível. Administrei muito os pneus, tinha todos os 44 pushes guardados para hoje e ainda sobraram 11 no carro. Consegui um ritmo legal na largada e relargadas. É o início de uma temporada no que, com certeza, vamos estar lá na frente até o fim brigando pelo título", comemorou.

Quem também abriu da melhor forma 2024 foi o atual campeão. Na defesa do título, Gabriel Casagrande manteve a consistência de todo o fim de semana e concluiu a jornada em Goiânia como o maior pontuador e, consequentemente, na liderança da tabela. "Foi do jeito que a gente queria, começamos muito bem. Faltam 11 etapas. Vamos construindo o campeonato e, tenho certeza, estaremos brigando lá no fim. O regulamento, para mim, ficou muito bom, agradou muito. Valoriza a performance e a equipe que está melhor preparada, e torna

ainda mais importante a classificação", analisou.

Felipe Massa foi outro piloto que iniciou o ano em grande forma. O piloto da TMG Racing conquistou seu quarto pódio seguido em etapas da Stock Car e, depois do segundo lugar, projeta um 2024 vencedor. "É um resultado maravilhoso. Fim de semana muito bom, com segundo lugar na classificação e hoje, na corrida principal. Estamos muito bem no campeonato. É uma outra história começar tão bem. Vamos lutar por mais um pódio na próxima corrida", concluiu.

A classificação extraordinária do campeão mostra Gabriel Casagrande em primeiro, com 111 pontos, enquanto Julio Campos aparece em segundo lugar, com 105. Felipe Baptista fecha o fim de semana em terceiro, com 94. Lucas Foresti vem em quarto, com 91, e Bruno Baptista vem em quinto, com 83, somente um a menos que Rubens Barrichello e Felipe Massa, empatados com 82. Rafael Suzuki soma 74, com Nelson Piquet Jr. em nono, com 73 tentos. E o estreante Zezinho Muggiatti completa a relação dos dez primeiros no seu primeiro fim de semana como piloto titular da Stock Car. O curitibano marcou 68 pontos.

A Stock Car Pro volta a acelerar dentro de três semanas para a disputa da segunda etapa da temporada, entre 22 e 24 de março, no mesmo fim de semana de abertura da temporada 2024 do BRB Fórmula 4 Brasil, tendo como palco o Autódromo Velocitta, em Mogi Guaçu, no interior de São Paulo.

### DÓLAR

Comercial  
Compra: 4,95  
Venda: 4,95

### Turismo

Compra: 4,97  
Venda: 5,15

### EURO

Compra: 5,37  
Venda: 5,37

# SP decreta emergência após atingir 300 casos de dengue por 100 mil

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, anunciou o decreto de emergência em saúde pública para a dengue na terça-feira (5), após o Centro de Operações de Emergências (COE) recomendar a medida, uma vez que o Estado atingiu 300 casos confirmados da doença por 100 mil habitantes na segunda-feira (4).

O decreto permitirá que Estado e municípios implementem ações com maior agilidade e, também, possa receber recursos adicionais do governo federal. Cada município, a partir de análise de seu cenário epidemiológico, poderá utilizar a medida estadual para decretar emergência em âmbito local.

Durante reunião do COE, na Sala de Situação da Secretaria de Estado da Saúde, a secretária da pasta em exercício, Priscilla Per-

dicaris, apresentou os próximos passos. "O decreto é mais uma iniciativa do Estado dentro de um planejamento de ações, iniciado no ano passado, para assegurar a assistência aos municípios e à população. Usaremos os recursos disponíveis para combater o Aedes aegypti".

Segundo portaria do governo federal, os incrementos financeiros para emergências deverão ser enviados ao Estado, a partir de agora, para investimento em vigilância em saúde, atenção primária e atenção especializada. Em São Paulo, os recursos serão destinados, prioritariamente, para aquisição de máquinas de nebulização e insumos, contratação de pessoas e ampliação da capacidade da rede.

"O monitoramento realizado pelo Estado, desde o ano passado, apontava aumento expressi-

vo no número de casos e a antecipação dos registros em cerca de dois meses. Esse trabalho permitiu que uma série de ações fosse tomada, evitando cenários mais críticos como os enfrentados pelos estados vizinhos", ressaltou Esper Kallás, diretor do Instituto Butantan, durante reunião do COE.

Segundo Regiane de Paula, coordenadora em saúde da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD), foi apresentado o Plano de Ação à Emergência em Saúde Pública, que aborda uma sequência de ações diferenciadas e construídas a partir da experiência no enfrentamento das transmissões anuais de dengue. "O plano foi construído de maneira técnica e seguindo critérios epidemiológicos, sempre se baseando na ciência. Ele nos norteará em ações dos principais eixos envolvidos no controle das arboviroses: vigilâncias epidemiológica, laboratorial e sanitária,

controle vetorial, a assistência à saúde, educação/comunicação e mobilização social, para os diversos cenários de transmissão, tanto municipal, quanto regional e estadual".

Para priorizar a transferência de pacientes na rede estadual, que necessitem de leitos de alta complexidade, a Secretaria de Estado atualizou a orientação para a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (Cross), para que todos os pacientes suspeitos para dengue tenham prioridade.

Dados atualizados até 4 de março mostram que 131 municípios do Estado registraram mais de 300 casos por 100 mil habitantes. Ao todo, 22 municípios paulistas decretaram emergência.

## Ações integradas

O Plano Estadual de Contingência das Arboviroses Urbanas, lançado em 2023 e amplamente divulgado aos municípios, tem

sido apontado por especialistas como o principal responsável pelos resultados alcançados em São Paulo.

Entre as principais ações, a SES capacitou todos os agentes de saúde e endemias por meio de cursos e treinamentos online para manejo clínico, organização dos serviços, e atendimento para arboviroses, no ano passado.

Atividades educativas em escolas, rodovias e pontos de grande circulação como estações de trem e metrô, e campanha no carnaval, também foram promovidas.

Em 6 de fevereiro, o Governo criou o Centro de Operações de Emergências (COE) e a sala de situação, com a participação de oito secretarias, Cosems e Exército. No mesmo mês, antecipou o pagamento de R\$ 205 milhões do IGM SUS Paulista aos 645 municípios.

Para ampliar a transparência no acesso aos dados, o Governo lançou duas importantes ferra-

mentas: o Painel de Monitoramento da Dengue (dengue.saude.sp.gov.br) e o portal www.dengue100.duvidas.sp.gov.br.

A SES também investiu, no início do ano, para dar agilidade no resultado dos testes em até 70%, no Instituto Adolfo Lutz (IAL), com automatização dos exames com novos equipamentos.

Responsáveis pelas ações de campo de combate aos vetores da dengue, os municípios receberam, desde o ano passado, suporte de mais de 600 equipamentos portáteis de fumacê para apoio às prefeituras.

Na última semana, a campanha publicitária "A água mais mortal pode estar no seu quintal" entrou no ar em diferentes mídias, TV, rádio, internet etc.

Na última sexta-feira (1), o Governo promoveu o DIA D com a adesão de mais de 450 municípios e em cerca de cinco mil escolas públicas do Estado.

**CESAR NETO**  
www.cesarneto.com



### CÂMARA (São Paulo)

Dia Internacional da Mulher [8 março 2024]: somente 12 mulheres - num total de 55 cadeiras - são vereadoras no maior e mais importante parlamento municipal brasileiro

### PREFEITURA (São Paulo)

Dia internacional da mulher [8 março 2024]: esposa do Nunes e 1ª dama paulistana, Regina Nunes pode fazer diferença na campanha [2024] pela reeleição do marido?

### ASSEMBLEIA (São Paulo)

Dia internacional da mulher [8 março 2024]: somente 25 mulheres - num total de 94 cadeiras - são deputadas no maior e mais importante parlamento estadual brasileiro

### GOVERNO (São Paulo)

Dia internacional da mulher [8 março 2024]: esposa do Tarcísio e 1ª dama do Estado, Cristiane Freitas poderá fazer diferença na campanha [2026] pela reeleição do marido?

### CONGRESSO (Brasil)

Dia internacional da mulher [8 março 2024]: somente 14 mulheres são deputadas - num total de 70 cadeiras pelo Estado de São Paulo - na Câmara de deputados(as) federais

### PRESIDÊNCIA (Brasil)

Dia internacional da mulher [8 março 2024]: esposa do Lula e 1ª dama do país, Rosângela da Silva poderá fazer diferença na campanha [2026] pela reeleição do marido?

### PARTIDOS (Brasil)

Dia internacional da mulher [8 março 2024]: somente 6 mulheres são dirigentes nacionais do total de 29 partidos políticos brasileiros [pessoas jurídicas de direito privado]

### JUSTIÇAS (Brasil)

Dia internacional da mulher [8 março 2024]: somente uma mulher é ministra no Supremo Tribunal Federal brasileiro, num total de 11 cadeiras. Lula já indicou 2 homens

### ANO 32

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara SP) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP) como referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

## Duas em cada três mulheres já sofreram assédio na cidade de São Paulo

Duas em cada três mulheres já sofreram algum tipo de assédio na capital paulista, número que representa cerca de 3,4 milhões de pessoas. O local em que elas percebem maior risco de serem assediadas é o transporte público. Os dados são da pesquisa Viver em São Paulo: Mulheres, realizada pela Rede Nossa São Paulo em parceria com o Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec).

Lançada nesta terça-feira (5), o levantamento apresenta a percepção dos moradores e moradoras de São Paulo sobre temas como divisão de tarefas domésticas, violência e assédio contra as mulheres.

Questionadas sobre tipos de assédio que já sofreram, 53% das entrevistadas apontaram gestos, olhares incômodos ou comentários invasivos; 44% já

sofreram assédio no transporte público e 29% dentro do ambiente de trabalho. Entre as entrevistadas, 25% disseram que já foram agarradas, beijadas ou desrespeitadas em outra situação sem o seu consentimento; 15% sofreram assédio dentro do transporte particular; e 13% das mulheres dizem que já sofreram assédio no ambiente familiar.

A maior parte das mulheres acredita que corre mais risco de sofrer assédio no transporte público (37%), seguido da rua (24%), bares e casas noturnas (10%) e pontos de ônibus (8%).

Para 49% do total de entrevistados (homens e mulheres), o aumento da pena dos agressores é a medida prioritária para combater o assédio e a violência contra a mulher. A segunda medida mais mencionada é a ampliação dos serviços de proteção (37%). Em

seguida, vem a criação de novas leis (35%) e agilizar o andamento da investigação (30%).

As mulheres são totalmente responsáveis ou assumem a maior parte das tarefas domésticas em 41% dos lares do município de São Paulo. Também em uma parcela de 41% das residências as tarefas são divididas igualmente entre homens e mulheres.

A pesquisa concluiu que a diferença de percepção sobre a divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres é latente. Para 32% das mulheres, esse tipo de serviço é dividido igualmente; entre os homens, o percentual sobe para 50%.

Além disso, 4% dos homens e 13% das mulheres dizem que a realização de tarefas domésticas é responsabilidade apenas das mulheres; na pesquisa do ano passado, esse percentual era de

12% e 19%, respectivamente.

As tarefas domésticas mais realizadas pelas mulheres são limpar a casa, preparar as refeições e lavar a louça. Entre os homens, as tarefas mais realizadas são a manutenção da casa, tirar o lixo e organizar a casa.

De acordo com a Rede Nossa São Paulo, o estudo mostrou que as mulheres se responsabilizam mais pelas tarefas do cotidiano, incluindo o cuidado com os filhos, e os homens se dedicam mais aos afazeres complementares, como consertos em geral e organização.

"A percepção captada pela série histórica confirma a sobrecarga do cotidiano feminino e não mostra sinais de mudanças significativas em relação ao estereótipo do papel de cada gênero no dia a dia do lar", diz a entidade, em nota. (Agência Brasil)

## Estado tem mais de 15 mil vagas de emprego abertas

O estado de São Paulo tem atualmente 15.704 vagas de emprego disponíveis pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

São 7.290 vagas na capital paulista e na Grande São Paulo. Já no interior, há 7.986 postos disponíveis, e no litoral, 428.

Além da região metropolitana de São Paulo, destacam-se

as regiões administrativas de Campinas, com 3.360 oportunidades de emprego; e a de Sorocaba, com 1.042.

Elas são seguidas pelas regiões de Araçatuba, que tem 630 vagas disponíveis; pela de Araraquara, com 581; e São José do Rio Preto, com 424 oportunidades abertas.

Ao todo, são mais de 500 profissões com vagas disponíveis.

As ocupações com o maior número de postos abertos são as de Auxiliar de Logística, Operador de Telemarketing Receptivo, Atendente de Lanchonete, Alimentador de Linha de Produção e Faxineiro.

Os números de vagas de emprego são atualizados diariamente pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Além das vagas, os PATs

também oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego e a emissão da Carteira de Trabalho.

Para mais informações, você pode acessar o Portal do Governo de São Paulo, procurar o Posto de Atendimento ao Trabalhador mais próximo de você ou a prefeitura do seu município.

## USP tem 72 horas para matricular aluno rejeitado em avaliação de cota

A Universidade de São Paulo (USP) tem prazo de 72 horas para restabelecer a matrícula do estudante Glauco Dalalio do Livramento, de 17 anos, na Faculdade de Direito. Ele fora aprovado em primeira chamada pelo Provão Paulista, mas não foi considerado pardo pela Comissão de Heteroidentificação da USP. A rejeição o fez perder a matrícula.

Ontem, o juiz Radolfo Ferraz de Campos, da 14ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo concedeu liminar determinando o restabelecimento da matrícula na instituição no prazo de três dias. O magistrado entendeu que a avaliação feita pela comissão "ofendeu a isonomia", pois foi realizada por meio de fotografia e de conversa com o candidato por videochamada pela internet.

Glauco Dalalio do Livramento mora em Bauru, distante cerca de 330 quilômetros da capital paulista, e concorreu a uma vaga para estudantes egressos do en-

sino público e autodeclarados PPIs - pretos, pardos e indígenas. No ato da inscrição, ele se declarou pardo.

O relatório da Comissão de Heteroidentificação, feito com base na avaliação fotográfica e na entrevista pela internet, o apontou como um candidato de "pele clara, boca e lábios afilados, cabelos lisos, não apresentando o conjunto de características de pessoa negra".

"Ao que parece, não se querendo aqui pura e singelamente substituir as bancas julgadoras administrativas (a de origem, que decidiu por maioria, e a recursal, à unanimidade), não se pode mesmo olvidar que o autor é simplesmente filho de pessoa de raça negra, e eventualmente imagens que ora o favoreçam, ora não, na conclusão de pertencimento à raça negra, seja preta ou parda, não parece aqui ser um critério razoável em contexto como este, quanto menos para aferição à dis-

tância", diz parte do despacho do juiz.

Na semana passada, a defesa do estudante acionou a Justiça ao alegar que a avaliação de heteroidentificação dos candidatos não seguia critérios iguais, uma vez que os egressos do vestibular próprio da USP eram avaliados de forma presencial, enquanto os oriundos de outros vestibulares, como foi o caso de Glauco, passariam pelo processo de avaliação de forma remota. A reitoria da universidade estadual agora modificar o sistema de avaliação de cotistas estendendo o modelo presencial a todos os candidatos.

"Há, pois, prova indicativa da probabilidade do direito alegado. O perigo da demora é inerente à própria exclusão do curso universitário para a qual, inclusive, já tinha se pré-matriculado, dada a sequência que terá, o que poderá implicar prejuízo irreversível", concluiu o juiz.

Em nota, a Universidade de São Paulo diz que cumprirá "quaisquer ordens judiciais e que apresentará em juízo "todas as informações que explicam e fundamentam o procedimento de heteroidentificação".

Também na USP, mas no curso de medicina, Alison dos Santos Rodrigues, de 18 anos, autodeclarado pardo e que obteve classificação pelo Provão Paulista, teve a matrícula cancelada após a Comissão de Heteroidentificação concluir que ele não é pardo.

A 2ª Vara Cível do município de Cerqueira César, interior paulista, onde Alison reside, deu prazo de cinco dias para a USP explicar a razão de ter rejeitado a autodeclaração, o que o levou a perder a vaga no curso.

A Justiça determinou ainda multa diária de R\$ 500, limitada a R\$ 20 mil, caso a ordem seja descumprida pela instituição de ensino. (Agência Brasil)

**Jornal O DIA S. Paulo**

**Administração e Redação**  
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263 3º andar  
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

**Jornalista Responsável**  
Angelo Augusto D.A. Oliveira Mtb. 69016/SP

**Publicidade Legal**  
Atas, Balanços e Convocações  
Fone: 3258-1822

**Periodicidade:** Diária  
**Exemplar do dia:** R\$ 3,50  
**Impressão:** Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

**E-mail:** contato@jornalodiasp.com.br  
**Site:** www.jornalodiasp.com.br

# Lula regulamentação iniciativas para melhorar o acesso à alimentação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva regulamentou, na terça-feira (5), a nova composição da cesta básica de alimentos e o Programa Cozinha Solidária, que fornecerá alimentação gratuita a pessoas em situação de rua e de insegurança alimentar. Os decretos foram assinados durante a reunião plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), no Palácio do Planalto.

No evento, Lula reafirmou que o combate à fome é a prioridade do seu governo. “Nós precisamos ter consciência de que o problema não é de falta de alimento, é falta de recursos para as pessoas terem acesso a alimentos”, disse, destacando a alta produtividade de alimentos no país, mas lembrando também que é importante garantir a circulação de dinheiro para que o setor produtivo seja estimulado.

Lula também destacou a necessidade de educação para evitar a obesidade. “Tem uma outra doença chamada obesidade, que é a falta de educação alimentar”, disse.

O presidente ainda cobrou dos ministros que não criem problemas burocráticos, em qualquer instância do governo. “Eu

quero chamar atenção que o nosso problema só não dará certo [só não será resolvido] se a gente virar burocrata, se a gente virar preguiçoso e a gente não trabalhar. Nós temos todos os instrumentos para acabar com a fome nesse país”, disse Lula. “É um compromisso de vida a gente acabar com essa maldita doença chamada fome, que não deveria existir num país agrícola como o Brasil”, acrescentou o presidente.

O Cozinha Solidária é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Com a regulamentação do programa, a pasta também anunciou R\$ 30 milhões em recursos para oferta de refeições, que serão destinados às entidades gestoras destes equipamentos, por meio de editais de chamada pública.

Criadas em julho de 2023, por meio da Lei 14.628/2023, as cozinhas solidárias surgiram a partir de iniciativas da sociedade civil e de movimentos populares que, especialmente durante a pandemia de covid-19, se articularam e criaram espaços para preparo e distribuição de refeições, em resposta à realidade da fome que se acentuou naquele período.

A regulamentação garante a implementação e operacionalização do programa. O MDS já mapeou 2,77 mil cozinhas solidárias pelo país, que funcionam também por meio da articulação entre várias iniciativas, como agricultura familiar, agricultura urbana, hortas comunitárias e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O texto aponta iniciativas que passarão a ser atendidas em todo o território nacional e determina modalidades de apoio do governo federal, critérios para participação, princípios, diretrizes e finalidades, com base em critérios de segurança alimentar e nutricional.

## Cesta básica

De acordo com o governo, a nova composição da cesta básica de alimentos está alinhada com as recomendações e princípios dos guias alimentares brasileiros do Ministério da Saúde, que definem as diretrizes oficiais sobre alimentação saudável para a população. A regulamentação insere na cesta mais alimentos in natura ou minimamente processados, além de contemplar produtos regionalizados.

“O intuito é evitar a ingestão de alimentos ultraprocessados,

que, conforme apontam evidências científicas, aumentam a prevalência de doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade, hipertensão e diversos tipos de câncer”, explica comunicado da Presidência.

Com a nova composição, a cesta básica terá alimentos de dez grupos diferentes: feijões (leguminosas); cereais; raízes e tubérculos; legumes e verduras; frutas; castanhas e nozes (oleaginosas); carnes e ovos; leites e queijos; açúcares, sal, óleo e gorduras; café, chá, mate e especiarias.

O governo não esclareceu, entretanto, se essa nova composição da cesta básica será incluída na regulamentação da Reforma Tributária, modificando os alimentos que terão alíquota zero, além da cesta básica nacional aprovada pelo Congresso Nacional.

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, disse que essa decisão passa por um diálogo com o Congresso e defende que a cesta básica definida no decreto assinado hoje seja referência para as isenções. “Toda a defesa do presidente Lula é para que os alimentos que são essenciais ao nosso povo, a cesta básica como é co-

nhecida, ela não seja tributada. Ou seja, seja isenta de tributos exatamente para impactar num custo mais baixo para a alimentação da nossa população”, disse.

O novo texto também trata da criação de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, da proteção de uma alimentação adequada e saudável, da saúde, do meio ambiente, e da geração de renda para pequenos produtores rurais. O decreto prevê que, sempre que possível, deverão ser priorizados alimentos agroecológicos, produzidos na mesma região em que serão consumidos e oriundos da agricultura familiar.

A presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Elisabetta Recine, participa da abertura da 1ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho, no Palácio do Planalto. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

## Consea

Ainda durante o evento, a presidente do Consea, Elisabetta Recine, entregou a Lula um documento com 248 propostas aprovadas na 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para subsidiar o governo na elaboração do 3º Plano

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para o período de 2024 a 2027.

Além das propostas, foi entregue ao presidente o manifesto “Erradicar a Fome e Garantir Direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”, que sintetiza a mensagem dos participantes da conferência quanto aos desafios da sociedade para a erradicação da fome e garantia de direitos de uma alimentação adequada.

O Consea é um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República, composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais, com caráter consultivo. Desativado no início de 2019 pelo governo anterior, o Consea foi reativado pelo presidente Lula em fevereiro do ano passado.

O conselho integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), responsável pela gestão de políticas públicas e articulação entre as três esferas de governo - federal, estadual e municipal, com a participação da sociedade civil, para a implementação e execução das políticas voltadas para o setor. (Agência Brasil)

## Mercado reduz para 3,76% previsão de inflação em 2024

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - teve redução de 3,8% para 3,76% este ano. A estimativa está no Boletim Focus desta terça-feira (5), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da inflação permaneceu em 3,51%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima

ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

Em janeiro, pressionada pela alta dos alimentos, a inflação do país foi 0,42%, abaixo do apurado em dezembro, de 0,56%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 12 meses, o IPCA soma 4,51%.

## Juros básicos

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 11,25% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). O comportamento dos preços já fez o BC cortar os juros pela quinta vez consecutiva, em um ciclo que deve seguir com cortes de 0,5 ponto percentual nas próxi-

mas reuniões. A segunda reunião do ano do Copom está marcada para 19 e 20 de março.

Em comunicado, o Copom indicou que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista “necessária para o processo desinflacionário”. O órgão informou que a interrupção dos cortes dependerá do cenário econômico “de maior prazo”.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais

baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é que a taxa básica caia para 8,5% ao ano e se mantenha nesse patamar em 2026 e 2027.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores,

como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

## PIB e câmbio

Já a projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 1,75% para 1,77%. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços pro-

duzidos no país - é de crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro projeta expansão do PIB também em 2%, para os dois anos.

No ano passado, a economia brasileira cresceu 2,9%, de acordo com o IBGE. Em 2022, o PIB havia sido 3%. A alta em 2023 foi puxada pelo crescimento recorde de 15,1% do setor agropecuário, o maior avanço desde o início da série histórica da pesquisa, em 1995. Também apresentaram aumentos os setores da indústria (1,6%) e de serviços (2,4%).

No caso do dólar, a previsão de cotação está em R\$ 4,93 para o fim deste ano. No fim de 2024, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5. (Agência Brasil)

## Pesquisa mostra que diferença salarial entre mulheres e homens caiu

Nos últimos 10 anos, houve uma redução na diferença entre salários pagos às mulheres e aos homens. O índice que mede a paridade salarial passou de 72 em 2013 para 78,7, em 2023. A paridade de gênero é medida em uma escala de 0 a 100, sendo que quanto mais próximo de 100, maior a equidade entre mulheres e homens.

Os dados estão no levantamento Mulheres no Mercado de Trabalho, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) a partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações serão apresentadas nesta terça-feira (5), durante a primeira reunião de 2024 do Fórum Nacional da Mulher Empresária da CNI.

O estudo também revelou

que a participação feminina em cargos de liderança passou de 35,7% em 2013 para 39,1% em 2023. O índice de empregabilidade das mulheres apresentou evolução entre 2013 e 2023, passando de 62,6 para 66,6, respectivamente, crescimento de 6,4%.

Os resultados do levantamento indicam que as mulheres têm mais escolaridade que os homens: enquanto elas têm, em média, 12 anos de estudo; os homens têm 10,7 anos.

O tempo dedicado à chamada jornada de trabalho reprodutiva, ou seja, aquela que envolve as atividades domésticas e de cuidados com familiares, também é maior entre as mulheres. No caso das pessoas empregadas, esse tempo foi de 17,8 horas semanais para mulheres e de 11 horas para homens em 2022. Entre os desocupados - desempre-

gados e pessoas em busca de emprego -, a diferença é ainda maior: as mulheres exercem 24,5 horas semanais de trabalho e os homens, 13,4 horas.

Para o presidente da CNI, Ricardo Alban, apesar da redução das diferenças entre gêneros da última década, é preciso continuar avançando e rápido.

“É urgente ampliar o debate e implementar medidas concretas para chegarmos a um cenário de equidade plena no mercado de trabalho brasileiro”, avalia.

Em julho do ano passado, o governo federal sancionou uma lei que garante igualdade salarial entre homens e mulheres e estabelece medidas para tornar os salários mais justos, aumentando a fiscalização contra a discriminação e facilitando os processos legais para garantir igualdade salarial.

Com a nova lei, empresas com 100 ou mais funcionários devem fornecer relatórios semestrais transparentes sobre salários e critérios de remuneração. Esses relatórios devem conter informações que permitam comparar salários e remunerações entre homens e mulheres de forma objetiva.

Caso haja alguma irregularidade, serão aplicadas punições administrativas e os processos legais para corrigir a desigualdade devem ser facilitados.

Também foram instituídos canais para denunciar o descumprimento da igualdade salarial por parte de empresas e entidades em geral. As pessoas podem encaminhar os casos por meio de um portal do Ministério do Trabalho ou pelo telefone: Disque 100, Disque 180 ou Disque 158. (Agência Brasil)

conseguiram ganhar na Justiça o direito de que seus adicionais fossem pagos por fora dos pisos estabelecidos, o que gerou uma situação de desigualdade salarial na empresa, provocando distorções.

As dezenas de sindicatos que participam da ação argumentam que, por haver diferentes entendimentos sobre o assunto, deve valecer aquele mais favorável aos empregados. As entidades pedem a exclusão dos adicionais do cálculo da RMNR. (Agência Brasil)

## Fortalecer acordos comerciais é uma das prioridades do governo federal

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou na terça-feira, (5) que, entre as prioridades atuais do governo, no âmbito da economia, estão o fortalecimento de acordos comerciais com países vizinhos e o fomento da indústria através da digitalização e desburocratização. A declaração foi dada durante a abertura do 1º Encontro Nacional da Indústria e Serviços, realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Participam do evento, que será encerrado ao fim da tarde, 30 entidades setoriais, que representam aproximadamente 6 mil companhias.

“O presidente Lula retomou a inserção do Brasil no mercado global começando pelos vizinhos, aqui pela América do Sul. O mundo, embora seja globalizado, o comércio é muito intrarregional. Se a gente pegar Canadá, Estados Unidos e México, 50% é entre eles. Se pegar a União Europeia, 60% é entre eles”, disse.

“Precisamos recuperar os vizinhos, retomar as exportações e o comércio na nossa região. Na América Latina, é 26% somente o comércio intrarregional. Então, a primeira boa notícia foi a ampliação do Mercosul. Eram quatro países e ingressou a Bolívia. Depois de 12 anos, o Mercosul fez um acordo com a Singapura e está trabalhando a União Europeia. Vai ser muito importante esse avanço. Ele é permanente, é um es-

forço que o Mercosul tem feito”, emendou.

Alckmin disse que o Brasil “não tem nenhum litígio”, o que deve ser aproveitado como uma vantagem no fechamento de negócios. Ele acrescentou que o momento é marcado por “muita liquidez” no mundo e que isso pode ensejar o aumento de investimentos no país.

O vice-presidente, que também cumpre agenda em Sorocaba, onde visitará uma fábrica da Toyota, comemorou algumas realizações do primeiro ano de governo e pontuou outras metas que devem nortear as políticas públicas na área econômica, como a sustentabilidade e a diminuição do custo de capital. Como destaques, citou a queda da inflação, do Risco Brasil, do dólar, que provoca a valorização do real. “E tivemos aumento das exportações, do PIB [Produto Interno Bruto], da Bolsa. Tivemos ganhos importantes”, acrescentou. “Devemos ter um ano melhor”, avaliou.

Também presente no evento, o presidente da Fiesp, Josué Gomes, seguiu a linha de Alckmin e discursou a favor da transição energética, que considera ferramenta fundamental para se reafirmar as mudanças climáticas e as desigualdades sociais. Para Gomes, outro ponto importante é a promoção da Indústria de Transformação. “Se a Indústria de Transformação estiver puxando o crescimento, estariam crescendo muito mais”, afirmou. (Agência Brasil)

## Turma do STF encerra disputa trabalhista bilionária da Petrobras

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou na segunda-feira (4) o trânsito em julgado da maior disputa trabalhista envolvendo a Petrobras, confirmando não haver mais possibilidade de recursos e dando ganho de causa à petroleira estatal.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP), contudo, insiste que ainda cabe recurso ao plenário do Supremo. “O julgamento do STF não está encerrado e serão adotadas medidas judiciais pelas enti-

dades sindicais, em defesa da validade do acordo coletivo de trabalho assinado pela Petrobras e os trabalhadores em defesa da RMNR”, disse a entidade, em nota.

A disputa envolve o cálculo da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), espécie de piso salarial criado em acordo coletivo de 2007. O impacto financeiro estimado pela companhia era de R\$ 47 bilhões.

Em novembro, por 3 votos a 1, o Supremo decidiu favoravelmente

à Petrobras. Diversos sindicatos entraram com recurso, mas os últimos embargos de declaração sobre assunto foram todos negados no dia 1º de março, por unanimidade.

O processo discute a inclusão ou não de adicionais constitucionais - como de periculosidade, de confinamento ou por trabalho noturno, por exemplo - no cálculo da RMNR, criado para promover a isonomia entre os vencimentos dos funcionários.

Diversos empregados, con-



**X56 Assistência S.A.**

CNPJ nº 39.565.194/0001-08 - NIRE 35.300.5752-11

**Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 08 de Fevereiro de 2024**  
 Aos 08/02/2024, às 09:00h, por videoconferência, **Presença:** Manifestaram-se os Srs. Gibran Vega Marona, Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos, André Cimerman, João Carlos Armeto, Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça e Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Gibran Vega Marona, Presidente do Conselho, e secretariados pela Sra. Patrícia Santana, secretária designada. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração resolveram: (i) aprovar o Plano Anual de Negócios e Orçamento Anual da Companhia - *Business Plan 2024*, através do Relatório Executivo nº 009/2024 e anexos, apresentados pelo Diretor Financeiro e Administrativo, Sr. Carlos Eduardo da Costa Kamada. Os membros solicitaram que o próximo relatório do Relatório Financeiro contemple (a) o EBITDA com e sem a receita financeira; e (b) a visão de fluxo de caixa. Adicionalmente, o Presidente do Conselho sugeriu a elaboração de estudo sobre a eventual viabilidade de aceleração do reconhecimento das receitas dos produtos pluriangulares em face da curva de sinistralidade. (ii) aprovar o Regulamento da Auditoria Interna da Companhia, através do Relatório Executivo nº 008/2024 e anexos, apresentados pela Gerente de Governança, Riscos e Compliance, Sra. Patrícia Santana e pelo Sr. Eduardo Kronenberg Glezer da empresa de auditoria Grant Thornton. (iii) aprovar a criação e instalação do Comitê de Relações com Partes Relacionadas, comitê de assessoramento ao Conselho de Administração, conforme Relatório Executivo nº 009/2024 e anexos, apresentados pela Gerente de Governança, Riscos e Compliance, Sra. Patrícia Santana. (iv) aprovar a Política de Transações com Partes Relacionadas, conforme Relatório Executivo nº 009/2024 e anexos, apresentados pela Gerente de Compliance, Riscos e Compliance, Sra. Patrícia Santana. (v) conhecer o Relatório da Diretoria Comercial, posição dezembro de 2023, apresentado pela Diretora-Presidente, Sra. Cláudia Ramos de Oliveira. (vi) conhecer o Relatório da Diretoria Financeira e Administrativa, posição dezembro de 2023, apresentado pelo Diretor Financeiro e Administrativo, Sr. Carlos Eduardo da Costa Kamada. (vii) conhecer o relatório de atas das Reunidas da Diretoria Executiva e dos Comitês de Assessoramento, realizadas no período de outubro a dezembro/2023, apresentados pela Gerente de Governança, Riscos e Compliance, Sra. Patrícia Santana. (viii) aprovar o relatório consignativo como ponto de atenção o índice NPS referente ao contrato entre a X56 Assistência e a X53 Residencial e solicitar a apresentação de relatório de evolução do indicador e evolução das ações para conhecimento do Conselho de Administração. (ix) aprovar o encerramento e parabenizando a maturidade da Companhia com relação ao seu desempenho e governança. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Banerê, 08/02/2024. **Mesa:** Gibran Vega Marona - Presidente da Mesa; Patrícia Santana - Secretária designada. **JUCESP** nº 89.364/24-7 em 29/02/2024. Maria Cristina Freil - Secretária Geral.

**ADL Investimentos S.A.**

CNPJ nº 22.387.312/0001-32 - NIRE 35.303.052899

**Convocação - Assembleia Geral Extraordinária**

A acionista Leda Maria Barjas Balêche, CPF nº 578.997.388-49, detentora de 99% do capital social, vem, pela presente e com fundamento na alínea "c" do § único do artigo 123 da Lei 6.404/76, convocar os acionistas da ADL Investimentos S.A. a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 14/03/2024, às 14h, em 1ª convocação, às 19h, em qualquer número de acionistas, de modo totalmente digital e, pós, por meio do sistema eletrônico identificado abaixo, a qual será integralmente gravada e permitirá a participação e a votação à distância mediante atuação remota, nos termos da Instrução Normativa número 81/2020 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (IN DRE nº 81/2020), e que para todos os efeitos será considerada como realizada na sede da Companhia, na Avenida Paulista, 807, conj.2315, em SP/SP, bairro Cerqueira César, para tratarem da seguinte ordem do dia: (A) alteração do item 3 do Estatuto Social, cuja redação passará a ser a seguinte: "3 - A Companhia terá uma Diretoria composta do no mínimo um Diretor e no máximo 3 Diretores, sem designação específica. Os Diretores serão pessoas naturais residentes ou não no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente. Fintos normalmente, os mandatos pelo decurso do tempo, os Diretores permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos. Exceto quando a Companhia tiver um Diretor, completo aos Diretores, quando ocorrer a renúncia de um Diretor, o Conselho de Administração poderá nomear um representante a Companhia, em juízo e fora dele, realizando atos de administração objetivando a consecução do objeto social e as diretrizes da Assembleia Geral." (B) haja vista estarem vencidos desde 31.10.2021 os mandatos dos diretores Srs. Hugo Luis Chalheul, CPF nº 006.465.428-18 e Vinícius Barjas Balêche CPF nº 223.209.008-61, sem que qualquer providência tenha sido adotada para a regularização da representação societária como lhes compete na qualidade de administradores da Companhia, e, pós, em manifestação de suas atribuições estatutárias e legais, elegeram para ocupar o cargo de Diretor da Companhia pelo período de 01/01/2024, nos termos do Estatuto Social, a Sra. Leda Maria Barjas Balêche, RG nº 3.858.150 SSP/SP, CPF/MF nº 578.997.388-49; (C) fixar a sua remuneração e a dos demais Diretores de vierem a ser eleitos para o período compreendido entre o dia da realização da Assembleia geral convocada e o da Assembleia Geral Ordinária de 2024; (D) apresentação pelos Srs. Hugo Luis Chalheul, CPF nº 006.465.428-18 e Vinícius Barjas Balêche CPF nº 223.209.008-61, de todos os documentos que respaldam todos os aportes ao capital da Companhia de ingresso de qualquer natureza, quer pessoal, quer por terceiros, desde a transformação de seu tipo societário, em 14/03/2024, para S/A em 27.02.2019, até a data da realização da Assembleia geral convocada; (E) apresentação pelos Srs. Hugo Luis Chalheul, CPF nº 006.465.428-18 e Vinícius Barjas Balêche CPF nº 223.209.008-61, de todos os contratos de empréstimo de qualquer importância em que a Companhia figure como mutuante ou como mutuária. Para os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre as matérias objeto da ordem do dia da AGE, poderão estar presentes assessores devidamente convocados por e-mail ou por carta para tanto por qualquer dos acionistas, que deverão se cadastrar no dia 14/03/2024, às 14h, em 1ª convocação, às 19h, em qualquer número de acionistas. 1. Nos termos do Artigo 126 da LSA e da IN DRE nº 81/2020, para participar da Assembleia o acionista deverá apresentar o documento de identificação ou o documento societário respectivo. Com relação à participação de acionista por meio de procurador, deverão ser observados os requisitos do artigo 126 da LSA. 2. Os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão solicitar o link e demais dados de acesso ao sistema eletrônico, obrigatoriamente, até 30 minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, mediante envio de e-mail ao seguinte endereço eletrônico: [Info@adl.com.br](mailto:Info@adl.com.br), até às 48 horas antes do horário previsto para a realização da Assembleia, e para o qual também serão encaminhados os documentos de identificação e de representação. O e-mail enviado com a solicitação e respectivos documentos será considerado e-mail de credenciamento. Os acionistas que se credenciarem e participarem via Zoom, serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata e da folha correspondente do Livro de Presença, os quais deverão ser firmados pelo Presidente e Secretário da Mesa. Após o envio do e-mail pelo acionista com o seu documento ou de seu procurador, será enviado um convite individual com o link de acesso e instrução sobre o acesso ao sistema eletrônico. Os convites individuais para acesso virtual serão enviados aos endereços de e-mail que tiverem sido validados no credenciamento. 4- Participação e voto à distância: As manifestações de voto e/ou outras manifestações, por escrito, dos acionistas, se for o caso, serão entregues pelas acionistas na respectiva ordem, durante a realização da Assembleia. Cada manifestação escrita poderá ser enviada durante a Assembleia para e-mail mencionado acima, ou, ainda, ser anexada no sistema eletrônico. Os acionistas, desde que não tenham sido credenciados, poderão enviar quaisquer informações constantes em qualquer documento, em qualquer esfera administrativa e/ou judicial. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de mensagem eletrônica para o endereço eletrônico acima mencionado. São Paulo, 04/03/2024. **Leda Maria Barjas Balêche, (06.05 e 07/33/2024)**

**SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/MF nº 534.805/0001-64 - NIRE 35.303.032482

**EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCACÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL, FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.**  
 Ficam convocados os detentores das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional, fidejussória, em série única, da Spread Participações S.A. ("Emissão"), a ser reunida em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), nos termos da cláusula 10.2 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Spread Participações S.A." ("Estatuto Social"), a ser reunida em 2024, às 10h, em 1ª convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado, link para conexão gerado pelo Planner Corretora De Valores S.A. ("Agente Fidejussória"), até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia"), examinar e discutir sobre as seguintes matérias de ordem do dia: (i) o Contrato de Cessão Fiduciária Petróbrás; (ii) Em razão das disposições estatutárias na cláusula 7.2 (ii) da Escritura de Emissão, em razão do descumprimento da Razão Mínima de Garantia, nas Datas de Verificação de janeiro e fevereiro de 2024, conforme estabelecido na cláusula 5.2 do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária Petróbrás"), sem que tenha sido realizada a recomposição da Razão Mínima de Garantia, em fevereiro de 2024, e prevista a Realização do Conto, no não Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos da cláusula 7.2 (v), da Escritura de Emissão, em razão do descumprimento dos Montantes Mínimos, nas Datas de Verificação de janeiro e fevereiro de 2024, conforme estabelecido na cláusula 5.3 do Contrato de Cessão Fiduciária Petróbrás, sem que tenha sido realizada a recomposição da garantia na forma da cláusula 5.2.2 do Contrato de Cessão Fiduciária Petróbrás; (iii) Em razão das disposições estatutárias na cláusula 7.2 (ii) da Escritura de Emissão, em razão do não Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos da cláusula 5.4 (ii), do Contrato de Cessão Fiduciária Petróbrás; (iv) Alterar a definição da Razão Mínima de Garantia prevista nos documentos da Emissão que, caso aprovada, passará a vigorar com a seguinte redação: Nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária, até a integral quitação das Obrigações Garantidas, a Emissora deverá manter em garantia, continuamente, os recebíveis oriundos dos Contratos Garantidos e (v) Recebíveis oriundos dos Contratos Garantidos e Contratos cedidos fiduciariamente correspondente, em montante equivalente a, no mínimo, 200% (duzentos por cento) do saldo devedor das Obrigações Garantidas ("Razão Mínima de Garantia"); (vi) Incluir, nos documentos da Emissão, a possibilidade de substituição do novo contrato com a Petróbrás cedido fiduciariamente em favor da Emissão, por outro(s) contrato(s) firmado(s) com empresa(s) listadas no Anexo V do Contrato de Promessa de Cessão (conforme definição na Escritura de Emissão); (vii) Recebíveis oriundos dos Contratos Garantidos e (viii) Autorização da Emissão e do Agente Fidejussório em prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. **Informações Gerais:** A participação e a votação na Assembleia serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pelo Agente Fidejussório, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estatutárias na cláusula 7.2 (ii) da Escritura de Emissão de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Os Debenturistas poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o Agente Fidejussório, no e-mail [agente@spread.com.br](mailto:agente@spread.com.br), preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, e a instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Debenturistas ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Debenturista ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Adicionalmente, o Debenturista poderá participar da Assembleia de forma presencial, em caso de solicitação de mandato pelo, a critério do Debenturista, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fidejussório: [agente@spread.com.br](mailto:agente@spread.com.br). Os termos utilizados neste Edital de Convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação. São Paulo, 04 de março de 2024. **SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A. (05-06-07)**

**VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

**EDITAL DE CONVOCACÃO PARA REABERTURA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 6ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, INSTALADA EM 30 DE JANEIRO DE 2024, SUSPensa E REABERTA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2024, SUSPensa PARA REABERTURA EM 13 DE MARÇO DE 2024.**  
 Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 6ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Gerivathá, nº 207 - c/ 162, Butantã, São Paulo, SP 05501-900 ("CRI" - Titulares dos CRI - "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ("Agente Fidejussório"), e os representantes da Emissora, a manifestar-se para Reabertura da Assembleia Geral dos Titulares dos CRI instalada e suspensa em 30 de janeiro de 2024, reaberta e suspensa em 27 de fevereiro de 2024 ("Assembleia"), a ser realizada em 13 de março de 2024 às 10h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 13.2.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Devedora") celebrado em 30 de novembro de 2022, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: a) Aprovar a contratação de assessor legal para fins de representação no âmbito da Ação Cautelar Requerida em Caráter Antecedente nº 0843430-58.2023.8.19.0001 ("Medida Cautelar", em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial da Capital do Rio de Janeiro, que deferiu a tutela cautelar requerida em caráter antecedente, suspendendo a exigibilidade das obrigações financeiras relativas aos contratos celebrados pela Devedora e Light S.A.); b) Ratificar a contratação de assessor legal para fins de representação, em caráter preliminar, no âmbito da Medida Cautelar, a fim de observar os prazos processuais aplicáveis, sendo certo que a referida contratação perdurará até a efetiva deliberação do item "a" da Ordem do Dia acima, oportunidade na qual o patrono poderá ser substituído por aquele definido pelos investidores; c) Aprovar a realização de aporte de recursos na Conta Centralizadora (conforme definido no Termo de Securitização) do Patrimônio Separado, a ser realizado pelos Titulares dos CRI, a depender da suficiência de recursos no Fundo de Despesas da Emissão frente aos custos atrelados à contratação objeto do item (a) acima e às despesas de manutenção da Emissão; d) Deliberar sobre as medidas a serem adotadas quanto ao plano de recuperação judicial, a ser votado na Assembleia-Geral de Credores em primeira convocação no dia 21 de março de 2024, às 14h, com segunda convocação a ser realizada no dia 28 de março de 2024, às 14h; e) Autorizar a Emissora, para, em conjunto com o Agente Fidejussório, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: [www.virgo.inc](http://www.virgo.inc); e (ii) no site da CVM: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br). A Emissora deseja registrado, para fins de esclarecimento, que o quorum de instalação da Assembleia em segunda convocação, será com a presença de qualquer número de Titulares de CRI em Circulação, nos termos da cláusula 13.4 do Termo de Securitização. As deliberações com relação aos itens (a), (b), (c) e (d) da ordem do dia serão tomadas em segunda convocação com 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI presentes à assembleia ou dos CRI presentes da respectiva Série, desde que presentes no mínimo 20% (vinte por cento) dos Titulares dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 13.5 do Termo de Securitização. A Reabertura de Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para [gestao@virgo.inc](mailto:gestao@virgo.inc) com cópia para [juridico@virgo.inc](mailto:juridico@virgo.inc) e ao Agente Fidejussório [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br) preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais; e (d) manifestação de voto. O Titular do CRI poderá optar por exercer o seu direito de voto de forma presencial, ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto à distância à Emissora, com cópia a Agente Fidejussório, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (<https://virgo.inc>) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprovem os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 05 de março de 2024.

**VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**



# São Paulo transfere aos municípios paulistas R\$ 650 milhões de ICMS

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) realizou na terça-feira (5), a última das cinco transferências previstas para fevereiro de recursos do ICMS aos 645 municípios paulistas. Neste depósito, as prefeituras vão receber R\$ 650,7 milhões, arrecadados de 26 de fevereiro a 1º de março.

Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto e são distribuídos às administrações municipais com base na participação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade. Desse montante, já está descontado o valor do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, a Sefaz-SP depositou na conta dos prefeitos de todo o Estado um total de R\$ 6,7 bilhões referentes à arrecadação do ICMS, sendo R\$ 3,2 bilhões no primeiro mês de 2024 e R\$ 3,5 bilhões no mês passado.

**Destaque paulista**  
 Além de ser chamada "terra

da uva" e conhecida pela sua qualidade de vida, a cidade de Vinhedo também é hoje uma das principais produtoras de orgânicos do Estado, o que a faz se destacar no setor de cosméticos. Apenas uma empresa da cidade direciona cerca de 60% da produção de xampus, óleos e sabonetes orgânicos para mais de 10 países.

**Repasse de ICMS**

Os repasses semanais são feitos sempre até o segundo dia útil de cada semana, conforme prevê a Lei Complementar nº 63, de 11/01/1990. As consultas dos valores podem ser feitas no site da Fazenda, no link Acesso à Informação > Transferências de Recursos > Transferências Constitucionais a Municípios.

**Agenda Tributária**

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do Hopi Hari e outros importantes atrativos turísticos do interior paulista. Como parte do Polo Turístico do Circuito das Frutas, Vinhedo ainda é uma das grandes produtoras de uva com produção de

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

**Índice de Participação dos Municípios**

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertencem aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93

# Com apoio de facilitação tributária, São Paulo celebra investimento bilionário da Toyota

O desenvolvimento econômico de São Paulo ganhou um importante reforço na terça-feira (5) com o anúncio de R\$ 11 bilhões em novos investimentos da Toyota até 2030 e geração estimada de 2 mil empregos.

Para o governador Tarcísio de Freitas, que participou do lançamento dos novos projetos da montadora em Sorocaba, os apertos do setor automotivo refletem a confiança do capital privado nas políticas paulistas de apoio à industrialização e ao empreendedorismo.

"É o maior investimento anunciado por uma empresa importante para o Brasil, que está aqui desde 1958. A participação do Governo do Estado foi fundamental no primeiro momento em que a gente combinou calendarizar a devolução de créditos acumulados do ICMS e permitir o amortecimento do capex investimentos em bens de capital. A Toyota precisava aprovar o investimento na matriz, mas tinha um volume de crédito acumulado muito grande. Liberamos R\$ 1 bilhão em créditos do ICMS para facilitar esse investimento", afirmou Tarcísio. A cerimônia também reuniu o secretário estadual de Desen-

volvimento Econômico, Jorge Lima, o prefeito de Sorocaba, Rodrigo Manga, deputados, autoridades municipais, estaduais e federais, o vice-presidente Geraldo Alckmin e executivos globais da Toyota.

De acordo com a montadora, o plano de expansão anunciado nesta terça é o mais importante da trajetória de 66 anos da Toyota no Brasil. O investimento de R\$ 11 bilhões ao longo dos próximos seis anos vai ampliar a produção de veículos e motores, com introdução de novos produtos híbridos flex, e criar 2 mil novos postos de trabalho.

Os novos investimentos viabilizarão a expansão do parque fabril em Sorocaba, que atualmente funciona a plena capacidade ante a elevada procura nacional e internacional por veículos eletrificados produzidos no Brasil. Isto ocorrerá de forma gradual, a partir de meados de 2025, com conclusão prevista para o final de 2026.

Segundo a Toyota, R\$ 5 bilhões já estão confirmados até 2026 e incluem a fabricação de um novo veículo compacto híbrido flex, com início de montagem para o início do ano que vem. A produção de outro modelo híbrido

mentos em São Paulo.

"Estou muito feliz por essa importante conquista do estado de São Paulo. Não poderia deixar de agradecer a confiança da Toyota, fundamental para o sucesso da missão que fizemos a Tóquio e que evitou que esse investimento fosse para outro país. Certamente, o investimento trará um importante impacto no desenvolvimento econômico de toda a região. Agradeço também ao secretário estadual de Fazenda e Planejamento, Samuel Kinoshita, pela parceria e busca de soluções que viabilizassem o investimento e, principalmente, ao governador Tarcísio de Freitas pelo apoio irrestrito e liderança total de todo o processo", disse Jorge Lima.

O planejamento da Toyota prevê a manutenção de 100% dos empregos e a criação de 500 novos postos de trabalho na planta de Sorocaba, com o objetivo de apoiar o crescimento da capacidade produtiva. As contratações terão início em meados de 2026 e, até 2030, deverão alcançar 2 mil novos empregos diretos e chegar a aproximadamente 10 mil postos de trabalho na cadeia produtiva com a soma das vagas indiretas.

# Boletim da dengue confirma 15,3 mil novos casos e mais 14 óbitos no Estado

Os 14 mortes que constam neste último informe são de pessoas entre 31 e 92 anos, cinco delas sem comorbidades. Do total de registros, dois óbitos ocorreram nos municípios de Ampère e Salto do Lontra (8º RS); um em Mariluz (12º RS); um em Paranavai (14º RS); um em Sarandi (15º RS); dois em Apucarana (16º RS); dois em Terra Roxa e Toledo (20º RS) e um em Ivaiporã (22º RS). Na 17ª Regional de Londrina houve quatro óbitos, o maior número deste boletim. Dois deles eram residentes do município de Londrina, um de Cambé e um de Rolândia.

Os óbitos do período epidemiológico foram em Antonina, Ampère, Dois Vizinhos, Salto do Lontra, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Quedas do Iguaçu, Mariluz, Marilena, Paranavai, Sarandi, Apucarana, Arapongas, Cambira, Cambé, Londrina, Rolândia, Terra Roxa, Toledo e Ivaiporã. O novo boletim confirmou ainda 11 novos casos de chikungunya, somando 79 confirmações da doença. Do total de casos, 51 são autóctones (quando a doença é contraída no município de residência). Há, ainda, 262 casos em investigação e 719 notificações. Desde o início deste período não houve confirmação de casos de zika vírus. Foram regis-

tradas 75 notificações. Com bons indicadores, programa do Estado ajuda população a parar de fumar

Com reforço nas eletivas e metas ultrapassadas, Saúde apresenta resultados de 2023

A Sesa publicou, também, o primeiro informe entomológico deste ano, monitoramento que permite identificar regiões com aumento na proliferação do mosquito Aedes aegypti, vetor da dengue.

De acordo com o documento, no período de 1º de janeiro a 29 de fevereiro, dos 334 municípios com foco na prevenção. Equipes da secretaria e do Ministério da Saúde realizaram uma agenda em Apucarana, no Vale do Ivaí, cidade com mais casos no Estado, para orientar profissionais e identificar possíveis fragilidades no atendimento a pacientes.

Também foi realizada a terceira reunião do Comitê Gestor Intersetorial para o Controle da Dengue para discutir ações de mobilização e vigilância permanente com a participação de representantes das instituições que compõem o grupo. No último sábado, dia 02 de março, aconteceram diversas atividades no Dia D de enfrentamento à dengue, envolvendo os municípios do Paraná. O Governo do Estado anunciou também um aporte adicional de recursos de R\$ 93 milhões para auxiliar os municípios. O valor será distribuído entre diversas áreas e tem como finalidade aprimorar o atendimento hospitalar, garantir a disponibilidade de insumos, instrumentalizar as equipes de agentes comunitários de saúde e intensificar a vigilância em saúde. (AENPR)





Continuação Dividendos propostos: Em 31 de março de 2023, os acionistas da companhia aprovaram em assembleia geral ordinária, o pagamento de dividendos R\$ 17.053,33 (dezoito mil e cinquenta e três mil reais). Dividendos obrigatórios: Conforme determina o Estatuto da Companhia, em seu Artigo 26º, foi distribuído 25% do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 16.185, sendo descontado R\$ 15.000 dos dividendos pagos antecipadamente em 15/12/2023, restando um saldo a pagar de R\$ 1.185, que será liquidado no ano de 2024. 23. Receita Operacional Líquida: A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura a seguir:

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include: Venda de produtos mercado interno, Etanol - Mercado externo, Açúcar - Mercado interno, Outras vendas.

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include: Venda de produtos mercado externo, Etanol - Mercado externo, Açúcar - Mercado externo, Receita Bruta, (-) Impostos Sobre vendas, Total da receita líquida.

Table with columns: Descrição, 2023, 2022. Rows include: Custos dos Produtos Vendidos, Equipe antifurto, Insumos e Mat. Secundários ao prazo, Custo do Pessoal Aplic. Na Produção, Encargos Sociais-Previdência Social, Encargos Sociais-FGTS, Manutenção e Rep. Bens Aplic. Na Produção, Depreciação, Outros Custos, Estoque final, Total dos custos dos produtos vendidos, Despesas Administrativas e Gerais, Salários e ordenados, Encargos sociais s/ folha, Gastos gerais c/ pessoal, Despesas gerais, Materiais administrativos, Impostos, taxas e contribuições, Seguros, Serviços contratados, Assistência social, Remuneração de dirigentes e encargos, Outras despesas, Provisão contingência tributária, Total das despesas administrativas e gerais.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include: 25. Outras Receitas/(despesas) operacionais, líquidas, Outras receitas, Receita indenizatória IAA (ii), Crédito outorgado ICMS, Participação Societária, Venda de Imobilizado, Dividendos, Outras receitas operacionais, Outras despesas, Despesas equivalentes indenizatória IAA, Despesas Copersucar, Participação Societária, Custo bens do imobilizado vendido, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - ação de preço (ii).

Table with columns: 2023, 2022. Rows include: Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas, São os resultados que representam a liquidação da ação de preço IAA, processo no qual a União foi obrigada a reparar judicialmente os produtores de açúcar e álcool em virtude da fixação, por aquele antigo Orgão, de preços de produtos aos quais deixaram de ser acrescidas os reais índices inflacionários da época, ocasionando severos prejuízos aos produtores. Com a extinção do IAA, em meados de 1990, o setor deixou de ter preços controlados; (ii) Corresponde ao reconhecimento dos encargos tributatórios sobre a receita indenizatória IAA, que em demanda judicial específica a Companhia questiona as incidências de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre aqueles montantes, vide Nota explicativa 20. 26. Resultado Financeiro: 2023 2022, 309 724, 14.593 9.844, 100 25, 15.002 10.593, 2023 2022, 3.489 1.677, 664 840, 89 242, 69 33, 4.311 2.792, 10.691 7.801, 27. Instrumentos Financeiros: Gerenciamento de riscos financeiros: Visão Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de Liquidez; Risco de mercado; Risco de taxa de juros; Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao Longo dessas demonstrações contábeis. Estrutura do gerenciamento de risco: O Conselho de Administração e a Diretoria têm responsabilidade global pelo

estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. A Companhia tem como escopo principal de sua gestão de risco de crédito controlar operações apenas com instituições financeiras reconhecidas pelo mercado. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus contrapartes. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco que a Companhia poderá ter para cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, a liquidez de suas operações para cumprimento de suas obrigações em seus respectivos vencimentos sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Table with columns: 2023, 2022. Rows include: Ativos, Caixa e equivalentes de caixas, Contas a receber, Adiantamentos a fornecedores, Passivos, Fornecedores de cana e diversos, Empréstimos e financiamentos, 2023 2022, 86.073 13.721, 3.859 7.727, 103.693, 32.249 129, 32.378, Ativos, Caixa e equivalentes de caixas, Contas a receber, Adiantamentos a fornecedores, 2023 2022, 48.948 196, 49.134, Passivos, Fornecedores de cana e diversos, Empréstimos e financiamentos, 48.948 196, 49.134.

Os influs brutos de entradas/saídas divulgados na tabela acima representam os fluxos de caixa relacionados com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Risco de

taxa de juros: Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era: 2023 2022, Ativos financeiros, Instrumento de taxa fixa, Caixa e equivalentes de caixa, 79.102 86.073, 79.102 86.073, Passivos financeiros, Instrumento de taxa fixa, Empréstimos e financiamentos, 181 129, 181 129.

Perfil: Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros com taxas variáveis era concentrado nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Instrumentos de taxa fixa: A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo, portanto uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. Instrumento de taxa variável: A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para suas demonstrações contábeis. Risco operacional: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por meio de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, com base nas atuais leis e regulamentos em vigor. 28. Compromisso: a. Compra de cana-de-açúcar: A Companhia possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A Quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O valor a ser pago é realizado por meio da sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo CONSE-CANA-SP. b. Fornecimento de açúcar e etanol: A Companhia possui contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, pelo prazo de três anos/instituições, sendo o contrato renovado a cada sexta. A Companhia também é interveniente garantidora das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo perante a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando, diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores ESALC - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, para mercados interno e externo. 29. Eventos subsequentes: A administração da companhia não identificou eventos subsequentes à data do balanço que mereçam a sua devida divulgação.

Ariane da Silva Giampoli - Contadora, CRC-SP/ISP 297596/O-2

José Pilon - Diretor Presidente, Nelson Pilon Diretor Superintendente

Mário Nireu Pilon Diretor Industrial, Otávio Pilon Filho Diretor Industrial

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Os Acionistas e Administradores J.Pilon S/A - Açúcar e Alcool. Cerquillo/SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações financeiras da J.Pilon S/A - Açúcar e Alcool (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.Pilon S/A - Açúcar e Alcool em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir o relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser causadas por fraude ou erro e são consideradas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre o uso, pela administração, da base contábil de contabilidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação a capacidade de con-

tinuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluímos modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócios da companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da companhia e, consequentemente pela opinião de auditoria. • Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ações em andamento: Cerquillo, 27 de fevereiro de 2024. FSC Auditores Independentes - CRC 2 SP-044615/O-0, Allison Fernandes de Souza - CRC 1 SP-302823/O-0

Krasis Participações S.A.

Table with columns: Balanço Patrimonial em: Em R\$ Mil, Controladora, Consolidado, Passivo Circulante, Ativo Circulante, etc. Rows include: Caixa e Equivalente de Caixa, Clientes, Conta Corrente Consórcio, Créditos Fiscais, Partes Relacionadas, Tributos Diferidos, Outros Créditos, Despesas Antecipadas, Ativo não circulante, Realizável a Longo Prazo, Clientes, Partes Relacionadas, Dividendos a Receber, Outros Créditos, Depósitos Judiciais, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Tributos Diferidos, Permanente, Investimentos, Imobilizado, Direitos de Uso, Intangível.

Table with columns: Demonstração das mutações do patrimônio líquido em: Em R\$ Mil, Capital de terceiros, Reserva de Lucros, etc. Rows include: Saldo em 31 de dezembro de 2020, Resultado Abrangente Total, Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo de abertura ajustado em 1o de janeiro de 2022, Resultado Abrangente Total, Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Table with columns: Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em: Em R\$ Mil, Controladora, Consolidado, Descrição, Fluxos de caixa das atividades operacionais, Lucro líquido do exercício, etc. Rows include: Receita Operacional Líquida, (-) Custo dos Serviços Prestados, Lucro Bruto, Receitas / (Despesas) operacionais, Despesas Administrativas, Outras Receitas/ Despesas Operacionais, Resultado Financeiro, Total das Receitas/Despesas Operacionais, Operacionais, Resultado Operacional, Resultado de Equivalência Patrimonial, Lucro/(Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, Imposto de Renda, Contribuição Social, IR/CSLL, Diferidos, Lucro/(Prejuízo) do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Findos em: Em R\$ Mil, Controladora, Consolidado, Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Inversões para Investimentos, Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Aumento (redução) líquido do caixa e Equivalente de Caixa, Variação do Caixa e Equivalente de Caixa, Disponibilidades no início do período/exercício, Disponibilidades no final do período/exercício, Aumento (redução) líquido do caixa e Equivalente de Caixa.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1027881-84.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 21ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Carolina de Mattos Bertoldo, na forma da lei, etc. FAZ SABER a Ilus. Truck Transportes Rodoviários Ltda, CNPJ 04.783.417/0001-29, na pessoa de seu representante legal, que SEM PRAR Instauração de Pagamento Ltda, atual denominadora de GóMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento Ltda, ajuizou uma Ação Monitoria, objetivando o reconhecimento do valor de R\$ 12.209,76 (doze mil, duzentos e nove reais e setenta e seis centavos), acrescidos de juros e correção monetária; Acrescentamos, acrescidos de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo o modo de cobrança em 137 (cento e trinta e sete) parcelas mensais, arredondadas do Contrato Termo de Adesão, para prestação de serviço de passagem e cobrança em pedágio. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor supra, devidamente corrigido, e honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (Art. 701 do NCPC), que a tornará isenta das custas ou embaraço, sob pena de constituição de pleno direito o título executivo judicial, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, em 19 de dezembro de 2023. N. -05 e 06

MOINHO PROGRESSO S/A

Table with columns: Balanço Patrimonial em: Em R\$ Mil, Controladora, Consolidado, Ativos Circulantes, Passivos e Patrimônio Líquido, etc. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Clientes, Outros ativos, Outros não circulantes, Total dos Ativos, Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido em: Em R\$ Mil, Capital social, Reserva de lucros, etc. Rows include: Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de reais - R\$), Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro/(prejuízo) líquido por ação). Receita Bruta de Vendas de Serviços e de Mercadorias, Receita Líquida, Lucro Bruto, Despesas administrativas e gerais, Lucro Antes do Resultado Financeiro, Resultado Financeiro, Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, Lucro (Prejuízo) do Exercício, Lucro por ação, A Diretoria, Rodrigo Goetschi Gentil - CPF: 141.923.988-00 - Diretor Superintendente, Cibele Maria Rosolem Gentil - CPF: 272.461.818-14 - Diretora, Eduardo Cavalcanti - CRC ISP 214.257/0-5 - Contador, Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em: Em R\$ Mil, Reserva de Lucros, Ajuste de Avaliação Patrimonial, Prejuízos/Lucros Acumulados, Total, Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Em milhares de reais - R\$), Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, Amortização de dívida com ações em tesouraria, Aquisição imobilizado, Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento, (Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício, (Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Madeira Energia S.A. - MESA

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação. FICAM CONVINDOS os Senhores Acionistas da Madeira Energia S.A. - MESA ("Companhia") a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 19 de março de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º, A, da Lei nº 6.404/76 e da Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI ("IN DREI nº 81"), através da Plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital") no link disponível no website https://31.santoantonioenergia.com.br/age2024-madeiraenergia/, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia; (ii) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a atualizar o valor do capital social, jã objeto de aumentos de capital anteriores, e o número de ações que o compõe; (iii) alteração do número de membros e composição do Conselho de Administração com a consequente alteração do artigo 8º, e de seu parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia; (iv) alteração do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, para tornar o Conselho Fiscal não permanente; (v) consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as deliberações constantes dos itens (i), (ii), (iii) e (iv) desta Ordem do Dia; (vi) destituição de membros do Conselho de Administração da Companhia; (vii) designação de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (viii) instrução de voto da Companhia na condição de acionista da Santo Antonio Energia S.A. ("SAESA"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.391.823/0001-60, para tomar todas as providências cabíveis no sentido de aprovar as mesmas matérias constantes dos itens (i) a (viii) acima. Instruções Gerais: Os documentos que suportarão as deliberações estão disponibilizados a todos os acionistas no website https://31.santoantonioenergia.com.br/age2024-madeiraenergia/, onde também estão disponíveis os boletins de voto a distância ("Boletim de Voto") para estas Assembleias Gerais. A Companhia reterá cópia desses documentos aos acionistas que assim solicitarem por escrito, por meio do endereço eletrônico abaixo indicado. Instruções Gerais: Os acionistas poderão optar pela participação (i) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim de Voto, que pode ser orientações no website citado acima; e (ii) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído. Os acionistas deverão enviar eletronicamente à Companhia os documentos societários de comprovação de poderes de seus(s) representante(s) legal(is), acompanhados de documento de identificação com foto deste(s), e, se desejarem ser representados por procurador, deverão enviar os respectivos instrumentos de mandato, validamente outorgados, à Companhia. Em todos os casos, tais documentos deverão ser encaminhados por via eletrônica, sob a referência "Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária", com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização das Assembleias Gerais, sendo admitido o protocolo por meio eletrônico, no endereço eletrônico lucianavassalcos@31.santoantonioenergia.com.br, respaldada, em qualquer caso, as disposições de que trata a Seção VIII do Anexo V da IN DREI nº 81 a respeito das sociedades anônimas. São Paulo, 1º de março de 2024. MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA, SOLANGE MENDES GERALDO RAGAZI DAVID - Presidente do Conselho de Administração (em exercício).

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS: EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE SERGIO GIGLIO PINHEIRO REQUERIDO POR FRANCISCO JOSÉ GIGLIO PINHEIRO PROCESSO Nº 1013589-18.2023.8.26.0008 O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões do Regional VII-Tatuapé Estado de São Paulo na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por sentença proferida em 15 de fevereiro de 2023, instaurada em julgamento no mesmo data foi decretada a INTERDIÇÃO DE SERGIO GIGLIO PINHEIRO RG nº 16.447.345-7 e CPF nº 445.470.678-00 por incapacidade relativa incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial na forma dos artigos 4º, inciso II e 1.767, inciso I ambos do Código Civil, ficando ratificada a nomeação de Francisco José Giglio Pinheiro RG nº 16.457.595-9 e CPF nº 173.136-26, como curador da parte interdictada, dispensando-se a prestação de caução por não se vislumbrar a possibilidade de prejuízo ao patrimônio do interdictado. A presente publicação tem por finalidade a imprensa local uma vez e pela oficial por três vezes com intervalos de 10 dias (artigo 755, § 3º do Código de Processo Civil, bem como artigo 3º, inciso III do Código Civil) o presente edital será publicado por três vezes com intervalo de dez dias e afixado na forma da lei. NADA MAIS. [06]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1108592-49.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 23ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCOS DUQUE GADDELHO JUNIOR, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Rosa Edevieres Pedrosa Zarro, CPF 197.001.448-28, Bruno Pedrosa Zarro, CPF 296.552.248-48 e Rodrigo Pedrosa Zarro, CPF 212.565.758-95, que Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sirio Libanês, ajuizou uma ação de cobrança pelo Procedimento Common Law Cível, objetivando condonar os seus no pagamento de R\$ 2.152,22 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos), acrescidos de juros e correção monetária, acrescidos de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo o modo de cobrança em 137 (cento e trinta e sete) parcelas mensais, arredondadas do Contrato Termo de Adesão, para prestação de serviço de passagem e cobrança em pedágio. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após o prazo do presente edital, contestem, sob pena de serem considerados revéis, ocasião que será nomeado curador especial (Art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de janeiro de 2024. N. -05 e 06

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1067223-20.2018.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Mario Chivante Junior, na forma da lei, etc. FAZ SABER a Paulo Eduardo Gomes Klowner, CPF 066.285.278-83 e s/m Simone Klowner, CPF 111.696.298-57, que o Condomínio Edifício Voltaire, ajuizou uma ação de Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R\$ 13.028,32 (13 mil, 28 reais e 32 centavos), referente às despesas condominiais do apartamento unidade autônoma nº 81, integrante do condomínio autor, bem como as que se vencerem no curso do presente processo, custas, honorários e demais cominações. Estando os executados em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, paguem o quantum reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a fluir após o prazo supra, para que ofereçam embargos, facultando aos executados nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mas custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo o modo de cobrança em 137 (cento e trinta e sete) parcelas mensais, arredondadas do Contrato Termo de Adesão, para prestação de serviço de passagem e cobrança em pedágio. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor supra, devidamente corrigido, e honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (Art. 701 do NCPC), que a tornará isenta das custas ou embaraço, sob pena de constituição de pleno direito o título executivo judicial, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de janeiro de 2024. N. -05 e 06

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1018769-23.2024.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Homero Milano, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens movida por Antonia Claudete Amaral Livramento Paulo e Paulo Marcos Livramento Paulo, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento de comunhão parcial de bens para a comunhão universal de bens. O presente edital é expedido nos termos do artigo 724, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2024.



Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/> [leiloes-publicidade-legal](https://www.jornalodiasp.com.br/)



**4BIO**  
 A vida em primeiro lugar

## 4BIO Medicamentos S.A.

CNPJ 07.015.691/0001-46

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício de 2023 foi marcado pela continuação do crescimento da 4Bio, pela consolidação da parceria com a Raia Drogasil (detentora de 85% do capital da 4Bio) e pela continuação da implementação das ações do planejamento estratégico (que havia sido definido em 2018). Com isto, estamos construindo as condições para continuar a crescer de forma acelerada em medicamentos especiais, segmento farmacêutico com maior crescimento no Brasil e no mundo. Estamos preparados para enfrentar os desafios de crescimento, inovando e encantando os nossos clientes e fornecedores permanentemente para nos consolidarmos como referência nacional na comercialização de medicamentos especiais. O foco da Administração continuará em atender clientes e fornecedores com excelência, buscar inovação constante na cadeia da saúde e crescer com rentabilidade. **A Administração.**

#### Balanco Patrimonial 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

| ATIVO  | Nota | 2023             | 2022           | PASSIVO                                      | Nota | 2023             | 2022           |
|--|------|------------------|----------------|--|------|------------------|----------------|
| <b>Circulante</b>                                |      |                  |                | <b>Circulante</b>                            |      |                  |                |
| Caixa e equivalentes de caixa                    | 6    | 31.240           | 31.284         | Fornecedores                                 | 14   | 439.261          | 256.486        |
| Contas a receber de clientes                     | 7    | 538.806          | 352.739        | Empréstimos                                  | 15   | 227.393          | 77.966         |
| Estoques   | 8    | 313.887          | 125.547        | Partes relacionadas                          | 11   | 833              | -              |
| Tributos a recuperar                             | 9    | 1.804            | 2.310          | Passivo de arrendamentos                     | 18   | 1.944            | 1.868          |
| Imposto de renda e contribuição social           | 10   | 36               | 2.053          | Salários e encargos sociais                  | 16   | 16.897           | 13.572         |
| Outros ativos circulantes                        |      | 41.546           | 6.894          | Tributos a recolher                          | 17   | 15.265           | 16.972         |
| Despesas antecipadas                             |      | 620              | 582            | Outros passivos circulantes                  |      | 8.622            | 4.757          |
|  |      | 927.739          | 521.409        |  |      | 710.215          | 371.621        |
| <b>Não circulante</b>                            |      |                  |                | <b>Não circulante</b>                        |      |                  |                |
| Realizável a longo prazo                         |      |                  |                | Passivo de arrendamentos                     | 18   | 2.140            | 1.647          |
| Tributos a recuperar                             | 9    | 18.070           | 6.834          | Plano de remuneração de ações                |      | 1.468            | 959            |
| Imposto de renda e contribuição social           | 10   | 14.022           | 16.352         | Provisão para demandas judiciais             | 19   | 155.700          | 157            |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 25   | 74.702           | 10.357         | Tributos a recolher                          |      | 14               | 37             |
| Depósitos judiciais                              | 19   | 209.264          | 116.831        |  |      | 159.322          | 2.800          |
| Imobilizado                                      | 12   | 6.689            | 5.815          | <b>Total passivo</b>                         |      | <b>869.537</b>   | <b>374.421</b> |
| Direito de uso em arrendamentos                  | 18   | 3.982            | 3.382          | <b>Patrimônio líquido</b>                    | 20   |                  |                |
| Intangível                                       | 13   | 6.622            | 4.882          | Capital social                               |      | 24.027           | 24.027         |
|  |      | 333.351          | 164.453        | Reserva de lucros                            |      | 367.526          | 287.414        |
|  |      |                  |                | Total do patrimônio líquido                  |      | 391.553          | 311.441        |
| <b>Total do ativo</b>                            |      | <b>1.261.090</b> | <b>685.862</b> | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |      | <b>1.261.090</b> | <b>685.862</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

|   | Nota  | Reservas de lucros |                    |                  |       |                | Lucros acumulados | Total   |
|---|-------|--------------------|--------------------|------------------|-------|----------------|-------------------|---------|
|   |       | Capital social     | Reserva de capital | Incentivo fiscal | Legal | Inves-timentos |                   |         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>     |       | 24.027             | (93)               | 141.648          | 7.673 | 3.723          | -                 | 176.978 |
| Lucro líquido do exercício                  |       | -                  | -                  | -                | -     | -              | 134.542           | 134.542 |
| Reserva de capital                          |       | -                  | (79)               | -                | -     | -              | -                 | (79)    |
| Constituição de reserva legal               | 20.b) | -                  | -                  | -                | -     | -              | -                 | -       |
| Constituição de reserva de incentivo fiscal | 20.d) | -                  | -                  | 134.542          | -     | -              | (134.542)         | -       |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>     |       | 24.027             | (172)              | 276.190          | 7.673 | 3.723          | -                 | 311.441 |
| Lucro líquido do exercício                  |       | -                  | -                  | -                | -     | -              | 80.167            | 80.167  |
| Reserva de capital                          |       | -                  | (54)               | -                | -     | -              | -                 | (54)    |
| Constituição de reserva legal               | 20.b) | -                  | -                  | -                | -     | -              | -                 | -       |
| Constituição de reserva de incentivo fiscal | 20.d) | -                  | -                  | 80.167           | -     | -              | (80.167)          | -       |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>     |       | 24.027             | (226)              | 356.357          | 7.673 | 3.723          | -                 | 391.554 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A 4Bio Medicamentos S.A. ("Companhia") foi constituída em 2004 e suas atividades concentram-se na comercialização de medicamentos especiais e correlatos de alta tecnologia (utilizados para tratar condições graves de saúde ou de ameaça à vida prescritos por especialistas clínicos), sem manipulação de fórmulas, serviços de aplicação de medicamentos, fornecimento de infraestrutura de apoio ao paciente, consultoria em gestão empresarial, tecnologia de informação, fornecimentos e gestão de recursos humanos, pesquisa de mercado e de opinião pública e marketing direto. A Companhia tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedrosa Alvarenga, 58, conjunto 2, Chácara Itaim. O serviço de entrega dos medicamentos é realizado diretamente no destino onde se encontra o cliente por meio das seis centrais de distribuição localizadas nos Estados de São Paulo, Tocantins, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Salvador. Em 2015, ocorreu a mudança do controle acionário da Companhia onde o acionista controlador passou a ser a Raia Drogasil S.A. ("Raia Drogasil"), detendo 55% das ações ordinárias da Companhia. Em 22 de abril de 2021, o Fundo de Investimentos em Participações Kona Multistratégia Ativa (FIPA Kona) notificou a Companhia de que, em virtude do Exercício da Primeira Opção de Venda das ações equivalentes a 30% do capital social da Companhia. A transferência das ações ocorreu em 13 de maio de 2021, após o exercício da primeira opção de venda das ações, a controladora passou a deter 85% do capital social da 4Bio Medicamentos S.A.

**2. Base de elaboração:** a) **Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras estão de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e foram preparadas conforme normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Práticas Contábeis (CPC) que estão em vigor em 31 de dezembro de 2023, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

**3. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas:** 3.1. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023** - As normas contábeis a seguir foram adotadas pela primeira vez para a divulgação das políticas contábeis (CPC) que estão em vigor em 31 de dezembro de 2023, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

desse acordo. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

**4. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: a) **Vendas de medicamentos** - As receitas da Companhia advêm da venda de medicamentos para gestoras de planos de saúde, hospitais e clínicas, pessoa física e jurídica ("clientes"). Para essas vendas, consolidadas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes, ou seja, na transferência/entrega no local de destino definido pelo cliente. As receitas são reconhecidas líquidas de devoluções e descontos comerciais. **Devoluções e cancelamento** - Para contratos de venda de produtos financeiros com vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo seu valor justo ou de realização, o que seja provável que a reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquida das devoluções e cancelamentos esperados. b) **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, com vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo seu valor justo ou de realização. c) **Aplicações financeiras** - Registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem seu valor justo ou de realização. Possuem carência de resgate superior a 90 dias da data da contratação, com risco de mudança de valor se resgatadas antecipadamente. d) **Contas a receber e provisão para perdas de crédito esperadas** - Perdas de crédito esperadas em clientes são mensuradas por meio de estimativas ponderadas de probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de tendências futuras. As perdas de crédito são mensuradas à valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Companhia avalia no final de cada exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* resultante de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e qual evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. e) **Estoques** - Avaliados pelo método do custo médio de aquisição, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), que não excede seu valor de realização, quando este for menor, incluindo as provisões para cobrar eventuais perdas. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e de custos necessários à realização da venda. f) **Acordos comerciais** - Além das compras regulares de produtos, a Companhia negocia com seus fornecedores, oportunidades de vendas de produtos em seus produtos. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar características de natureza complexa. As principais categorias de acordos comerciais são: (i) descontos financeiros concedidos por laboratórios atrelados à venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios; e (ii) abatimentos por metas de volume, auferidos tanto nas compras quanto nas vendas. A média que ocorre a execução operacional do produto da negociação (veiculação do produto, disposição, venda do produto promovido, direito ao recebimento do valor financeiro acordado etc.), a Companhia reconhece o ganho auferido com essas negociações reduzindo o custo dos produtos vendidos, em contrapartida de outros ativos circulantes. g) **Imobilizado** - Avaliado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada pelo método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue: • Equipamentos de informática - 5 anos; • Veículos - 5 anos; • Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos - 10 anos; • Benefícios em propriedades de terceiros - 5 anos; h) **Arrendamentos** - A Companhia é qualificada como arrendatário após avaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento, conforme as seguintes premissas: • O arrendador não pode ter o direito substantivo de substituir o ativo por um ativo alternativo durante o prazo do arrendamento; • A Companhia tem substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo durante o período de controle caso ele se beneficie da venda do ativo; • O arrendador não pode ter o direito de direcionar o uso do ativo, gerando como e para que fins ele será utilizado durante o período de uso ou quando essas decisões estiverem predefinidas no contrato e a Companhia operar o ativo durante todo o período do contrato, sem que o arrendador tenha o direito de alterar essas instruções de funcionamento. **Ativos de direito de uso** - A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O ativo de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor

#### Demonstração do Resultado Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

|  | Nota | 2023           | 2022           |
|--|------|----------------|----------------|
| <b>Receita líquida de vendas</b>   | 21   | 2.523.439      | 1.687.427      |
| <b>Custo dos produtos e serviços vendidos</b>                              | 22   | (2.298.805)    | (1.473.568)    |
| <b>Lucro bruto</b>   |      | <b>224.634</b> | <b>213.859</b> |
| <b>(Despesas) receitas operacionais</b>                                    |      |                |                |
| Gerais e administrativas   | 22   | (36.688)       | (34.117)       |
| Vendas   | 22   | (94.715)       | (70.113)       |
| Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas                          | 22   | (46.727)       | 67.883         |
| <b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>                     |      | <b>46.704</b>  | <b>177.512</b> |
| <b>Resultado financeiro</b>  |      |                |                |
| Despesas financeiras   | 24   | (81.113)       | (34.885)       |
| Receitas financeiras   | 24   | 65.487         | 33.245         |
| <b>(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b> |      | <b>31.078</b>  | <b>175.872</b> |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>                              |      |                |                |
| Corrente   | 25   | (15.256)       | (2.641)        |
| Diferido   | 25   | 64.345         | (38.689)       |
|  |      | 49.089         | (41.330)       |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>  |      | <b>80.167</b>  | <b>134.542</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

|   | 2023          | 2022           |
|---|---------------|----------------|
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                 | 80.167        | 134.542        |
| Outro resultado abrangente                        | -             | -              |
| <b>Total do resultado abrangente do exercício</b> | <b>80.167</b> | <b>134.542</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os custos de aquisição de ativos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento** - Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de indicadores de desempenho, pagamentos de penalidades e garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. i) **Intangível** - Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível e capitalizados como tal quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. Estão representados por gastos com aquisição de informações, incrementos e formação de base de dados e sistemas de computação, os quais são amortizados pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado desses ativos. j) **Instrumentos financeiros** - Inicialmente, registrados a seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando a) os custos são diretamente registrados no resultado do exercício; b) a mensuração subsequente, quando aplicável, ocorre a cada data de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, sendo estes denominados como básicos ou como outros instrumentos e transações financeiras mais complexas. k) **Provisão para demandas judiciais** - Registrada somente quando existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, uma saída de recursos seja provável para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. É atualizada até as datas de encerramento das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. l) **Demais ativos e passivos** - Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, de acordo com os contratos vigentes. m) **Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda é calculado sobre o lucro tributável antes do imposto de renda e contribuição social diferidos. **Tributos diferidos** - Quando aplicável, o imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, sob as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos Tributos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. n) **Ajuste a valor presente** - Os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja relevante para efeito das demonstrações financeiras e tais impactos foram registrados nas rubricas de receita e despesas financeiras. o) **Crédito presumido de ICMS** - São auferidos pela Companhia, benefícios fiscais decorrentes de tratamento tributário diferenciado da aplicação do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por operações conduzidas em filiais situadas nos Estados de Tocantins - Palmas, Pernambuco - Recife e Curitiba - Paraná. O ganho é reconhecido no resultado do exercício no momento em que os riscos e benefícios da mercadoria são transferidos ao comprador. Essa receita é reconhecida na demonstração do resultado na Companhia, a rubrica de dedução de receita bruta de vendas. p) **Reserva de incentivos fiscais** - A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS que de acordo com a Lei complementar nº 160/17 são classificados como subvenção para a realização de atividades de interesse social. A Administração da Companhia, tendo em vista a ferida lei, está destinando os montantes descritos na nota explicativa nº 20.d para reserva de incentivos fiscais, na rubrica de reserva de lucros, sujeita à aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Os valores dos incentivos não fazem parte da base de cálculo de dividendo mínimo obrigatório sendo que somente poderão ser incorporados ao capital social, em conformidade com a Lei nº 6.404/76.

#### 5. Julgamentos e estimativas contábeis

Nas aplicações das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4, a Administração teve que fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo

#### Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

|  | 2023             | 2022            |
|--|------------------|-----------------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>   | <b>31.078</b>    | <b>175.872</b>  |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social   | 31.078           | 175.872         |
| <b>Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa</b>   |                  |                 |
| Depreciações e amortizações  | 5.668            | 4.761           |
| Distrato de arrendamentos  | -                | (203)           |
| (Reversão) provisão para perdas de créditos esperadas (Ganho) perda de swap - instrumentos financeiros | 15.584           | (12.665)        |
| Provisão de baixas de estoque  | 848              | 963             |
| Provisão para demandas judiciais   | 144.981          | (66.443)        |
| Provisões  | 7.295            | 503             |
| Juros provisionados sobre arrendamentos  | 208              | 229             |
| Despesas de juros  | 10.114           | 14.533          |
| <b>Total</b>   | <b>215.194</b>   | <b>117.550</b>  |
| <b>(Aumento) redução de ativos</b>   |                  |                 |
| Contas a receber   | (182.599)        | (122.024)       |
| Estoques   | (188.340)        | 3.193           |
| Outras contas a receber  | (34.653)         | (4.019)         |
| Imposto a recuperar  | (13.217)         | (10.561)        |
| Despesas antecipadas   | (38)             | (308)           |
| Depósitos judiciais  | (89.872)         | (46.516)        |
| <b>Aumento (redução) de passivos</b>   |                  |                 |
| Fornecedores   | 182.775          | 87.201          |
| Salários e obrigações sociais  | 3.864            | 2.190           |
| Impostos, taxas e contribuições  | (1.730)          | 14.517          |
| Outras contas a pagar  | 4.673            | (6.584)         |
| Juros pagos  | (21.353)         | (16.163)        |
| Imposto de renda e contribuição social pagos   | (14.238)         | (9.299)         |
| <b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>                               | <b>(139.716)</b> | <b>9.177</b>    |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>   |                  |                 |
| Aquisições de imobilizado e intangível   | (6.101)          | (5.127)         |
| Pagamentos de empréstimos partes relacionadas  | -                | (26.100)        |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>   | <b>(6.101)</b>   | <b>(31.227)</b> |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>  |                  |                 |
| Empréstimos tomados  | 386.430          | 182.000         |
| Pagamentos de empréstimos  | (238.430)        | (145.000)       |
| Pagamentos de arrendamentos  | (2.228)          | (2.060)         |
| <b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>                           | <b>145.772</b>   | <b>34.940</b>   |
| <b>Aumento de caixa e equivalente de caixa</b>   | <b>(44)</b>      | <b>12.890</b>   |
| <b>Caixa e equivalente de caixa</b>  |                  |                 |
| No início do exercício   | 31.284           | 18.394          |
| No final do exercício  | 31.240           | 31.284          |
| <b>Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa</b>   | <b>(44)</b>      | <b>12.890</b>   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente quanto exercícios futuros. As estimativas e premissas que apresentamos risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante aos valores contábeis dos ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: a) **Provisão para demandas judiciais** - E constituída para todos os riscos referentes a processos administrativo-judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. b) **Provisão para perdas de crédito esperadas** - Conforme descrito na nota explicativa nº 4.d, a Companhia elabora uma avaliação ponderada da probabilidade de perdas de crédito tendo como referência as perdas históricas de créditos de clientes em uma mesma categoria em conjunto com projeções de premissas e eventos futuros. A provisão para perdas esperadas é calculada para os casos ou as categorias de clientes em que haja indicações de que o risco de crédito existe no momento do reconhecimento inicial da venda. c) **Avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível** - Os bens do imobilizado, do intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. d) **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário** - Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, este último é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida

# Governo prepara projeto de lei com novo programa para setor de eventos

Após resistência de parte dos parlamentares, o governo concordou em enviar um projeto de lei, com urgência constitucional, para criar uma nova versão do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), informou na terça-feira (5) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O projeto também tratará da alíquota menor da Previdência Social paga por pequenos municípios.

A decisão ocorreu após reunião na manhã desta terça-feira com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e com lí-

deres partidários da Casa. Inicialmente previsto para o início de fevereiro, o encontro ocorreu com um mês de atraso, por falta de acordo com os líderes da base aliada e por causa da reunião de ministros do G20 no Brasil, na semana passada.

Segundo Haddad, a Medida Provisória 1.202, editada em dezembro, não será alterada. A única mudança foi a retirada da reoneração gradual da folha de pagamento para 17 setores da economia, suprimida do texto no dia 28 de fevereiro para ser convertida em projeto de lei.

Em relação ao Perse, o ministro informou que o projeto de lei terá uma versão mais "focada" do programa, em vez de propor a extinção gradual, como ocorreu na medida provisória. Como o novo projeto de lei terá urgência constitucional, precisará ser avaliado pelo Congresso em até 45 dias, sendo votado na segunda quinzena de abril. A MP.1202 tem validade até maio.

O ministro não estimou o impacto sobre os cofres públicos das medidas em discussão com os parlamentares. Segundo Haddad, tanto no caso do Perse como

da reoneração da folha de pagamentos, o governo precisa remodelar os projetos para saber o tamanho e o escopo das medidas. Somente após esse estágio, será possível definir o tamanho da renúncia fiscal e as medidas para compensar a perda de receitas.

Na reunião desta terça-feira, Haddad apresentou a Lira e aos líderes dos partidos na Câmara o levantamento mais recente da Receita Federal sobre o impacto do Perse. "Em 2022, tivemos mais de R\$ 10 bilhões de renúncia fiscal para o Perse e mais R\$ 13 bilhões em 2023, já expurgadas as

eventuais inconsistências dos informes dos próprios contribuintes. Mandei fazer um pente-fino bastante rigoroso para termos ideia do quanto está custando o Perse por ano", explicou. Haddad disse que os números podem aumentar, conforme as fiscalizações da Receita Federal.

Haddad disse ter recebido sugestões para blindar o programa de abusos, mas disse que as 11 mil empresas atendidas pelo Perse, programa criado para ajudar o setor de eventos afetado pela covid-19, faturam mais hoje do que antes da pandemia. "O

faturamento em 2019 [das 11 mil empresas], portanto pré-pandemia, foi R\$ 146 bilhões. O faturamento em 2020, o pico da pandemia, foi R\$ 101 bilhões. E o faturamento em 2022, já foi R\$ 200 bilhões, portanto nós já estamos em franca recuperação", ressaltou.

Com o pedido de alguns parlamentares para a continuidade do Perse, Haddad prometeu elaborar um estudo para verificar quais segmentos dentro do setor de eventos ainda não se recuperaram e precisam de ajuda. (Agência Brasil)

## Programa Compra Direta Paraná inicia entregas de alimentos a mil entidades filantrópicas

Já começaram as entregas de alimentos do programa Compra Direta Paraná em 2024. Em Curitiba, o Asilo São Vicente de Paulo, no Juvevê, recebeu o primeiro lote na segunda-feira (4), com produtos da Cooperativa de Agricultores Orgânicos e de Produção Agroecológica (Coaopa). Por meio do programa são adquiridos alimentos da agricultura familiar, destinados à rede socioassistencial, que inclui restaurantes populares, cozinhas comunitárias, hospitais filantrópicos, entre outros.

Também são atendidos Cen-

tros de Referência em Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas). Atestada a entrega dos produtos nas condições exigidas pelo edital, o Estado faz o pagamento para a associação ou cooperativa.

Segundo o secretário da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, cerca de 20 mil agricultores paranaenses estão sendo beneficiados. "O Compra Direta é um movimento positivo, pois mantemos a economia pulsanando nas pequenas propriedades rurais e fornecemos alimen-

tos diversificados às pessoas mais vulneráveis", afirma.

Neste edital, serão destinados às associações e cooperativas R\$ 59,55 milhões, provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, para a entrega de alimentos diversificados, como arroz, complementos, farinhas, feijão, frutas, hortaliças, legumes, ovos, pão, polpas e sucos, totalizando 6.501 toneladas para um período de 12 meses.

De acordo com a diretora do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (Desan) da Seab, Márcia Stolarski, neste ano

179 cooperativas e associações e mil entidades filantrópicas serão atendidas em todos os 399 municípios. "É muito bom saber que estamos estimulando o acesso à alimentação saudável. E isso acaba gerando renda para os agricultores", conta.

A Coaopa entregou ao asilo produtos como alface, abobrinha, acelga, batata-doce, doce de frutas, espinafre, milho verde, pão caseiro, uva e suco. "Um programa como esse é de suma importância para garantir ao agricultor a condição de comercializar, escoar a sua produção, e ter uma renda

garantida. Ele traz benefícios enormes para nós, pequenos produtores familiares", diz o presidente da cooperativa, Luciano Escher. Por meio do edital do Compra Direta, a Coaopa também atende entidades de outros municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

O asilo São Vicente de Paulo abriga 150 mulheres. Os funcionários também são beneficiados com as refeições. "É uma parceria importante com a agricultura familiar. Esse alimento é sagrado na mesa dos nossos idosos. Quando nós nos encontramos diante de uma mesa com verdu-

ras e frutas frescas, isso faz a diferença", diz o diretor da instituição, padre José Aparecido.

Em Jandaia do Sul, o Hospital Regional do Vale do Itaipó é uma das entidades atendidas no Interior do Estado, e também recebeu os primeiros alimentos nesta segunda-feira, principalmente legumes e frutas. "Nós temos, em média, 300 pacientes, todos internados pelo Sistema Único de Saúde, e esse programa contribui muito com a alimentação deles. Ficamos muito agradecidos", diz o diretor José Roberto Campaner. (AENPR)

## Nenhum país garante oportunidades de trabalho com igualdade de gênero

Não existe um único país no mundo onde as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens na área do trabalho, concluiu o Banco Mundial em seu novo relatório, lançado a poucos dias do Dia Internacional da Mulher.

Segundo esta instituição financeira, a diferença entre gêneros é neste momento muito mais profunda do que se pensava e diminuí-la poderia aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) mundial em mais de 20%.

"Quando se tem em conta as diferenças legais que envolvem violência e cuidados infantis, as mulheres gozam de menos de dois terços dos direitos dos homens. Nenhum país oferece oportunidades iguais para as mulheres - nem mesmo as economias mais ricas", informou o Banco Mundial em um comunicado nesta segunda-feira.

Esta é a primeira vez que o banco avalia as diferenças entre as reformas legais e os seus resultados efetivos para as mulhe-

res em 190 economias do mundo. "A análise revela uma lacuna chocante na implementação [de políticas para incentivar a igualdade de gênero]", lamenta a instituição.

O Banco Mundial explica que, embora a legislação em vigor implique que as mulheres gozem de cerca de dois terços dos direitos dos homens, "os países estabeleceram, em média, menos de 40% dos sistemas necessários para a sua plena aplicação".

E dá um exemplo: 98 economias adotaram legislação que obriga a igualdade salarial das mulheres que desempenhem o mesmo trabalho que os homens; no entanto, "apenas 35 economias - menos de uma em cada cinco - adotaram medidas de transparência salarial ou mecanismos de aplicação para resolver o problema das disparidades salariais".

Para Indermitt Gill, economista-chefe do Grupo do Banco Mundial, "as mulheres têm potencial para aumentar exponen-

cialmente a economia global em queda".

"Ainda assim, em todo o mundo as leis e práticas discriminatórias impedem as mulheres de trabalhar ou de criar empresas em pé de igualdade com os homens. A eliminação deste fosso poderia aumentar o produto interno bruto global em mais de 20%, praticamente duplicando a taxa de crescimento global durante a próxima década", garantiu o economista.

Uma das duas áreas nas quais a diferença de oportunidades entre mulheres e homens é mais acentuada é a da segurança. Segundo o Banco Mundial, o gênero feminino usufrui de apenas um terço das proteções legais necessárias contra a violência doméstica, o assédio sexual, o casamento infantil e o feminicídio.

"Embora 151 economias tenham leis que proíbem o assédio sexual no local de trabalho, apenas 39 têm leis que o proíbem em espaços públicos. Este facto im-

pede frequentemente as mulheres de utilizarem os transportes públicos para se deslocarem para o trabalho", explica o relatório.

A outra área é a dos cuidados infantis, com as mulheres gastando, em média, 2,4 horas a mais por dia no cuidado de crianças do que os homens.

"A expansão do acesso a estruturas de acolhimento de crianças tende a aumentar a participação das mulheres na força de trabalho em cerca de um ponto percentual no início, sendo que o efeito mais do que duplica em cinco anos", adianta o Banco Mundial.

Apesar disso, apenas 78 economias (menos de metade do total) dão algum apoio financeiro ou fiscal aos pais com filhos pequenos e apenas 62 (menos de um terço) têm padrões de qualidade que regem os serviços de cuidados infantis. "Atualmente, apenas metade das mulheres participa na força de trabalho global, em comparação com quase três em cada quatro homens. Isto não é apenas injusto - é um des-

perdício", considera Tea Trumbic, principal autora do relatório.

Mas há ainda outras áreas nas quais são as mulheres que enfrentam mais dificuldades. No empreendedorismo, por exemplo, "apenas uma em cada cinco economias impõe critérios sensíveis ao gênero nos processos de contratos públicos, o que significa que as mulheres estão em grande parte excluídas de uma oportunidade econômica que envolve US\$ 10 bilhões por ano".

A diferença de direitos estende-se até à aposentadoria, já que em 62 países as idades com que os homens e as mulheres podem parar de trabalhar não são as mesmas. "As mulheres tendem a viver mais tempo do que os homens, mas como recebem salários mais baixos enquanto trabalham, tiram férias quando têm filhos e se reformam mais cedo, acabam por ter benefícios de reforma mais baixos e maior insegurança financeira na velhice", acrescenta o relatório. (Agência Brasil)

### Polícia indiana prende oito envolvidos em estupro de brasileira

Todos os envolvidos no estupro coletivo de uma turista brasileira de 28 anos foram presos na Índia. Segundo informou a Polícia Nacional do país, oito homens com idades entre 18 e 25 anos participaram da ação criminosa. Eles serão denunciados em uma ação judicial.

"Faremos todos os esforços para que eles recebam a punição mais severa", afirmou na terça-feira (5) o superintendente da Polícia Nacional da Índia, Pitamber Singh Kherwar. Ele assegurou que há provas suficientes para a condenação.

Segundo o código penal do país, o estupro coletivo é punido com no mínimo 20 anos de prisão e a pena pode chegar à prisão perpétua. Nos casos em que a vítima é menor de 16 anos, a lei é mais severa e os criminosos são, em alguns casos, condenados à morte.

A notícia da captura dos envolvidos também foi compartilhada pela brasileira, por meio das redes sociais. "Prenderam todos os criminosos. Eram oito no total. Tudo foi muito rápido e a polícia tem agido com tremenda eficácia. Só tenho que agradecer a todos que nos ajudaram e nos apoiaram. Peço justiça para todas as mulheres que também passam por isso. Todas merecemos o mesmo", escreveu.

A brasileira, que também tem cidadania espanhola, havia inicialmente relatado nas redes sociais que o crime tinha sido praticado por sete homens. As investigações, no entanto, revelaram que houve mais um envolvido. A vítima e seu marido, que é espanhol, também foram espancados e tiveram alguns pertences roubados. Ao realizar as prisões, a polícia re-

cuperou alguns objetos, entre eles um relógio.

O episódio ocorreu na noite de sexta-feira (1º) em Dumka, no estado de Jharkand, no nordeste do país. O casal tem uma página nas redes sociais com milhares de seguidores onde compartilham imagens viajando de moto em diferentes locais do mundo. Eles já estiveram em mais de 60 países e, desde julho do ano passado, vinham percorrendo a Índia. O crime ocorreu quando eles estavam acampados e foram surpreendidos com a invasão de sua barraca.

Após o episódio, as vítimas buscaram a polícia e foram encaminhadas para receberem atendimento médico no país. Eles apareceram com diversos hematomas em imagens que compartilharam para relatar a situação. "Minha boca está destruída", contou o homem espanhol em vídeo gravado no hospital. Com base na legislação local, o governo indiano pagou a eles uma indenização de 1 milhão de rupias, o que equivale a aproximadamente R\$ 60 mil.

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores informou que a embaixada do Brasil na Índia continua prestando assistência à brasileira. "Seguiremos acompanhando todos os desdobramentos do caso, em estreita coordenação com as autoridades da Espanha e da Índia".

No domingo (3), a embaixada da Espanha na Índia compartilhou em suas redes sociais uma mensagem sobre o episódio. "Devemos estar unidos em nosso compromisso pela eliminação da violência contra a mulher em todo o mundo". (Agência Brasil)

## Instituto Nacional de Cardiologia alerta para aumento da obesidade

Estudo lançado pelo Instituto Nacional de Cardiologia (INC), do Ministério da Saúde, indica um quadro preocupante nas capitais brasileiras e Distrito Federal de aumento de moradores adultos com sobrepeso (acima do peso) e obesidade (muito acima do peso) e diminuição de pessoas com peso normal e saudável.

O artigo Análise temporal da prevalência da obesidade e do sobrepeso no Brasil entre 2006 e 2023: evidências a partir dos dados do Vigitel, dos pesquisadores do INC Arn Migowski e Gustavo Tavares Lameiro da Costa, mostra que, no ano passado, pela primeira vez na série histórica, o percentual de pessoas com sobrepeso (38,45%) nessas cidades ultrapassou o daqueles com peso normal (36,93%), enquanto os obesos chegaram a 24,62%.

O Dia Mundial da Obesidade foi lembrado na segunda-feira (4). O estudo tomou por base as informações do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), levantamento por amostragem do Ministério da Saúde realizado por meio de ligações telefônicas.

"O excesso de peso é considerado a segunda maior causa de

morte evitável, atrás apenas do tabagismo. Entre as doenças cardiovasculares relacionadas ao excesso de peso estão a doença arterial coronariana (incluindo o infarto), AVC e hipertensão.

Além disso, também é fator de risco para diversos tipos de câncer, diabetes mellitus tipo 2, doença renal crônica, esteatose hepática, síndrome da apneia obstrutiva do sono, depressão e artrose, entre outras doenças", afirmou Aurora Issa, cardiologista e diretora do INC.

O estudo classificou a população adulta das capitais em três grupos de acordo com o índice de massa corporal (IMC), calculado pela divisão do peso (em quilogramas) pelo quadrado da altura (em metros): peso normal (IMC entre 18,50 e 24,99 kg/m<sup>2</sup>); sobrepeso (25 a 29,99 kg/m<sup>2</sup>); e obesidade (superior a 30 kg/m<sup>2</sup>). Foi criada ainda uma categoria denominada "excesso de peso", reunindo sobrepeso e obesidade, ou seja, pessoas com IMC superior a 25 kg/m<sup>2</sup>.

Os adultos com IMC inferior a 18,50 kg/m<sup>2</sup>, uma parcela muito pequena da população, não foram contabilizados no estudo, explicam os pesquisadores. Essas pessoas, em geral, sofrem de

subnutrição ou doenças graves e não foram incluídas porque o objetivo do artigo é avaliar a progressão dos índices de excesso de peso comparativamente ao peso normal.

Sobre a série histórica, o médico epidemiologista Arn Migowski ressaltou que a proporção de pessoas com excesso de peso (sobrepeso ou obesidade) chegou a 63,07% em 2023: "Se dividirmos a população nesses dois grupos, as pessoas com peso normal prevaleciam até 2009. Entre 2010 e 2011 as curvas se encontraram. A partir daí, a diferença aumentou e o grupo com excesso de peso é hoje amplamente majoritário nas capitais. Esse processo culminou com os resultados de 2023, nos quais pela primeira vez a proporção de indivíduos com sobrepeso ultrapassou a daqueles com peso normal, isso mesmo sem incluir a proporção de indivíduos obesos".

Os pesquisadores analisaram a evolução das séries temporais das prevalências das três categorias de peso por região do Brasil, faixa etária e gênero. Em todos os casos, eles identificaram o mesmo padrão de crescimento dos grupos com sobrepeso e

obesidade e diminuição daqueles com peso normal.

As cinco regiões do país seguiram a mesma tendência nacional.

Quanto às faixas etárias, entre os jovens adultos (18 a 24 anos), a prevalência de excesso de peso é menor do que entre os mais velhos. No entanto, os pesquisadores enfatizam que o índice de excesso de peso entre os jovens aumentou de 21,57% em 2006 para 36,55% em 2023.

Esse fenômeno é especialmente preocupante pelo longo período de exposição ao excesso de peso que esses jovens terão ao longo da vida - se não reduzirem seus IMCs -, o que vai potencializar o risco de desenvolvimento de doenças.

Em relação ao gênero, o que chamou a atenção dos pesquisadores foi o forte declínio na proporção de mulheres com peso normal, em ritmo mais acentuado do que o verificado entre os homens. Em 2006, 59,29% das mulheres tinham peso normal, proporção que declinou acentuadamente para 38,75% em 2023. Entre os homens a diminuição foi menor, de 51,61% em 2006 para 34,93% em 2023. (Agência Brasil)